

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

14.^a Reunião
(3 de janeiro de 2017)

SUMÁRIO

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 15 horas e 5 minutos.

Procedeu-se à audição do Prof. Dr. António José Fernandes de Sousa (ex-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos), tendo usado da palavra os Deputados João Paulo Correia (PS), Moisés Ferreira (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Margarida Balseiro Lopes (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 17 horas e 53 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à nossa reunião.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Gostava, em primeiro lugar, de desejar a todos e a todas um bom ano de 2017, quer às Sr.^{as} e Srs. Deputados, quer, evidentemente, ao Sr. Prof. António de Sousa, quer a todas as restantes pessoas presentes.

Temos hoje connosco, na sequência da calendarização que é do conhecimento de todos, o Sr. Prof. Dr. António José Fernandes de Sousa, que aqui vem na sua qualidade de antigo presidente do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos.

Até agora, e de acordo com a regra que tinha sido estabelecida, ouvimos um conjunto de responsáveis políticos, mais propriamente três antigos ministros das finanças, e agora ouviremos o presidente do conselho de administração que coexistiu com esses diferentes ministros das finanças.

Sr. Prof. António de Sousa, queria saudá-lo e agradecer-lhe a sua presença, neste Parlamento, connosco, hoje. Embora, em tempos idos, o Sr. Prof. António de Sousa tenha desempenhado funções políticas, já foi mesmo em tempos muito idos...

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Há cerca de vinte anos.

O Sr. **Presidente**: — Sim, mais do que gostaria de se lembrar...

Foi Secretário de Estado já há vinte e muitos anos e, portanto, apesar de tudo, já conhece, ou tem ainda alguma recordação da sua passagem pelo Parlamento, também no exercício dessas funções. Portanto, queria renovar-lhe os agradecimentos da Comissão Parlamentar por aqui estar hoje, connosco, para nos prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

O Sr. Prof. António de Sousa deu-me conta de que não deseja fazer nenhuma intervenção inicial, pelo que passaríamos de imediato para as questões que os diferentes grupos parlamentares entenderem colocar-lhe.

Esclarecia apenas o Sr. Prof. António de Sousa que, nesta primeira ronda, cada grupo parlamentar tem oito minutos para formular perguntas, que pode utilizar de uma só vez ou como entender, e o Sr. Prof. António de Sousa responderá a cada um em função das questões que forem colocadas.

Se houver segunda ronda, as perguntas serão todas formuladas sequencialmente e, depois, o Sr. Prof. responderá, no fim, a todas elas.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Correia, que intervirá em nome do Grupo Parlamentar do PS, que hoje inicia a ronda de perguntas, queria pedir aos senhores vice-presidentes e aos senhores coordenadores que, quando terminar a audição, ficassem mais um pouco, pois gostava de conversar sobre algumas questões de funcionamento da Comissão Parlamentar.

Sr. Deputado João Paulo Correia, cumprimentando-o, dou-lhe a palavra.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. António de Sousa, aproveito para desejar um bom ano de 2017 a todos e todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados, bem como à comunicação social, que nos acompanha, e aos serviços da Assembleia e desta Comissão de Inquérito.

O Dr. António Sousa foi presidente da Caixa Geral de Depósitos durante cerca de 4 anos. Durante esse período relacionou-se com quatro

ministros da tutela – Joaquim Pina Moura, Guilherme d’Oliveira Martins, Manuela Ferreira Leite e Bagão Félix – e, portanto, vou colocar um conjunto de questões, por ordem cronológica, desde o início do seu mandato até setembro/outubro de 2004, quando cessou funções na Caixa Geral de Depósitos.

Como sabe, esta Comissão de Inquérito solicitou um vasto conjunto de informação a diversas entidades, à própria Caixa Geral de Depósitos, ao Ministério das Finanças, ao Banco Central Europeu e ao Banco de Portugal. Não temos em nossa posse uma parte relevante da informação que desejaríamos e de precisávamos para fazer questões mais precisas, portanto, muitas das questões que serão colocadas são genéricas e têm a ver exatamente com isso.

Não perdendo mais tempo, em abril de 2000, a Caixa Geral de Depósitos aderiu a um movimento europeu que levou à constituição da Associação Europeia de bancos públicos. O que é que o levou a tomar essa decisão de levar com que a Caixa Geral de Depósitos passasse a pertencer a esse movimento europeu de bancos públicos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Antes de mais, boa tarde a todos e a todas.

Bom, na altura era uma associação que existia e pareceu-nos que, sendo a Caixa Geral de Depósitos um banco público, devíamos também estar num fórum que podia ter o seu interesse em termos das informações que lá se discutiam. Nada de especial sobre esse assunto...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Em junho de 2000 lidou com um *dossier* sobre a reestruturação da própria Caixa Geral de Depósitos, o *dossier* chamado Caixa Investimentos.

A proposta da anterior administração, segundo a imprensa à época, era a de que a Caixa Investimentos concentrasse todas as áreas de investimento do Grupo. Na altura chamou a si esse *dossier*, para o analisar de forma profunda. Que análise é que fez e que decisão é que foi tomada?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Bom, a Caixa Investimento era, efetivamente, uma sociedade que existia anteriormente. Nessa altura, precisamente em junho de 2000, estávamos nós a tratar, ou a finalizar já, aquilo que — vou utilizar uma expressão que talvez não seja a mais adequada, mas... — era o desmembramento do então chamado Grupo Champalimaud, portanto com a partição das várias áreas de negócio de que têm conhecimento, sei que já foi aqui várias vezes mencionado, e, na altura, a Caixa Geral de Depósitos comprou um banco de investimentos, que teve vários nomes — o último nome era, se não me engano, Totta & Sottomayor de Investimento, portanto, um nome um bocado complicado, mas que tem a ver, precisamente, com a origem do Grupo Champalimaud — e criou, então, o Caixa – Banco de Investimentos.

O Caixa – Banco de Investimento passou a ser o banco de investimentos da Caixa Geral de Depósitos e a Caixa Investimentos foi integrada nesse Banco de Investimentos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Em novembro de 2000, o Sr. Doutor fez declarações contundentes. Recordo que, na altura, criticou o fracasso na relação entre o Banco Central Europeu e as autoridades nacionais e pediu uma gestão mais clara do euro. Na altura, atacou a enorme confusão que existia nos mercados financeiros, causada pela frequência com que responsáveis políticos, nomeadamente dos países maiores, diziam coisas díspares no mesmo dia, ou em dias consecutivos.

Embora para muitos essas declarações ainda sejam atuais, que factos concretos o levaram a tecer comentários tão contundentes, à época?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Olhe, sinceramente, isso já se passou há mais de 16 anos e já não me lembro, exatamente, quais eram os factos a que me estava a referir nessa altura.

Mas, efetivamente, não é de agora, como não é de então – aliás, continua a acontecer isso muitas vezes –, o facto de haver sempre muitas afirmações simultâneas de vários responsáveis a nível europeu e deve ter sido por causa de algumas afirmações que foram feitas nessa época que fiz essa afirmação.

Enfim, penso que tem pouco a ver diretamente com a Caixa Geral de Depósitos, não é? Tinha mais a ver, até, com as minhas funções anteriores, como Governador do Banco de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Professor, os resultados da Caixa do ano de 2000 — já com nove meses sob a sua responsabilidade —

levaram a Caixa a um crescimento de 56%, no ano 2000, com lucros consolidados de 69 milhões de contos, eram contos.

O que levou a este enorme crescimento nos resultados da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Bom, é um conjunto de situações, não é apenas uma.

Eu diria que houve uma tentativa de rentabilizar mais as operações comerciais da Caixa Geral de Depósitos, houve também algumas melhorias na área dos seguros, nomeadamente por, também durante esse ano, adquirirmos a Mundial Confiança, dentro da mesma situação de desmembramento do Grupo Champalimaud. Como sabem a Caixa Geral de Depósitos já tinha uma seguradora, que era a Fidelidade, e passou a ter a Fidelidade e a Mundial Confiança a partir de junho de 2000 — portanto já apanha o ano de 2000.

Houve um conjunto de reestruturações que penso que melhoraram a rentabilidade da Caixa, enfim, os resultados estão aí apresentados, e houve, também, o início de uma melhoria substancial numa área concreta, que teve a ver com os investimentos no Brasil, que tinham sido feitos anteriormente e, entretanto, houve aí uma transformação, diria, radical, até porque deixámos de ter diretamente o Banco Bandeirantes — era assim que se chamava no Brasil — e passámos a ter uma participação significativa, se não me engano de cerca de 12,5% no Unibanco, que era um banco muito rentável e, portanto, em vez do prejuízo que tínhamos antes no Bandeirantes, passámos a ter um lucro substancial, concretamente de 12,5% do lucro agregado, ou consolidado, do Unibanco.

Penso que seriam estas três as questões fundamentais que posso dizer como sendo diferentes em relação ao ano anterior.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Por falar em internacionalização da Caixa Geral de Depósitos, foi em setembro desse ano 2000 que a Caixa admitiu interesse em comprar um banco espanhol de dimensão, em alternativa a uma participação significativa num banco importante em Espanha. O que terá pesado para que essa decisão fosse levada a cabo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr. Deputado, como sabe, penso que é do conhecimento desta Comissão, a Caixa Geral de Depósitos tinha, desde concretamente a partir de 1992 – as operações foram feitas em 92/93, e não sei se a última foi em 94... –, tinha adquirido dois pequenos e um muito pequeno bancos em Espanha, concretamente o Banco Simeón, o Banco de Extremadura e o que, então, se chamava Citibank, que era uma sucursal do Citi, que tinha três ou quatro agências em Madrid.

Essas participações, nesse conjunto das três instituições, não tinham uma dimensão razoável, ou seja, era subótima, como costumamos dizer em termos económicos, tinham uma situação de constante défice e de exploração, representavam menos de 0,3% do mercado em Espanha, embora também seja de dizer que o mercado espanhol era, na altura, muito mais atomizado do que foi uns tempos mais tarde, dado que houve uma série de fusões e aquisições em Espanha que levaram à criação de grandes grupos financeiros em Espanha, nomeadamente os dois que são mais conhecidos, ou seja, o atual Santander e o atual BBVA (Banco Bilbao Vizcaya

Argentaria), que, como sabem, qualquer um deles resulta de um conjunto substancial de fusões.

Dada a pequena dimensão dos nossos bancos, especialmente a sua localização muito regional e, ainda por cima, em regiões de Espanha que não eram as que estavam a crescer mais, ou que tinham, sequer, uma economia mais dinâmica, nomeadamente no caso da Extremadura, menos, talvez, na Galiza – talvez a Galiza numa melhor situação, até porque o banco era ligeiramente maior –, depois de passado o período inicial do meu mandato em que, fundamentalmente, havia outras questões mais urgentes a tratar, nomeadamente o Grupo Champalimaud, como ainda há pouco referi, que ficou resolvido em junho, falámos sobre como é que poderíamos melhorar a situação em Espanha e também no Brasil, como referi ainda há pouco.

No caso espanhol a questão que se punha era a de tentar arranjar uma dimensão que pudesse ser compatível com um resultado económico aceitável para os capitais empregues em Espanha. E daí essas afirmações, que já não me lembrava que tinham sido feitas em setembro de 2000, mas foram feitas, de certeza, no final do ano 2000.

O Sr. **Presidente**: — 2001.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Pois, parecia-me que 2000 era um bocado curto, porque foi um assunto que não foi dos primeiros que tomei em mãos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Em dezembro de 2001, a agenda política foi tomada por uma declaração do líder do PSD na altura, Durão Barroso, que afirmou que o PSD estaria a equacionar incluir no programa

eleitoral a privatização da Caixa Geral de Depósitos, algo que o próprio partido já tinha admitido em 1999 e em que se tinha comprometido a privatizar metade do capital como forma de financiar a segurança social.

A Caixa Geral de Depósitos, como vimos há pouco – e por isso é que lhe fiz a questão do crescimento de 56% e dos lucros consolidados que a Caixa Geral de Depósitos apresentava superiores a 500 milhões de euros, os tais 69 milhões de contos – à época era, certamente, um negócio apetecível para privados. A Caixa remunerava o Orçamento do Estado através da distribuição de dividendos e também através dos impostos, que ia pagando, portanto era público, funcionava bem e começava a ser apetecível para privados.

Sentiu, na altura, enquanto presidente da Caixa, que se preparava um *lobby* que queria levar mesmo à privatização de parte ou da totalidade da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr. Deputado, o que posso responder a essa questão é que, como cidadão, obviamente li as notícias que, na altura, apareceram sobre essa matéria e os discursos que foram feitos.

Do ponto de vista de presidente da Caixa, portanto na articulação com os Governos sucessivos, nunca esse assunto me foi levantado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Em outubro de 2002 a Caixa Geral de Depósitos decide alargar o prazo máximo da concessão de empréstimo à habitação para 40 anos. Meses antes, em fevereiro, a Caixa tinha apertado o

crédito a empresas e particulares, uma vez que o crédito vencido ultrapassou a fasquia dos 1000 milhões de euros.

Esta decisão de outubro, de prorrogar o prazo de 40 anos na concessão de empréstimo à habitação, não é um pouco contraditória com a decisão anterior de fevereiro?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Bom, penso que aí, se me permite, há uma ligeira confusão dos dois temas, porque o que em 2002 foi dito, e aliás foi muitas vezes repetido na imprensa, é que eu terei afirmado que o rácio entre crédito e depósitos na Caixa não devia ultrapassar, lembro-me na altura, os 110%. Parecia-me uma questão de bom senso, de solidez e, aliás, acabou por ser algo que veio a ser imposto muitos anos mais tarde, quando foi feita a reestruturação do sistema bancário em Portugal... Por acaso, até foi 120%, portanto, com os 110% até estaria a ser mais conservador. Isto em relação às minhas afirmações anteriores.

Em relação ao passar para 40 anos, essa era uma prática normal no mercado na altura. Aliás, a Caixa Geral de Depósitos não foi o primeiro banco, nem sei se terá sido o último, mas não foi, de certeza, dos primeiros bancos a fazê-lo. Isso teve a ver fundamentalmente com duas questões: por um lado, com as condições de mercado, por outro, com o facto de as taxas de juro serem muito inferiores ao que tinham sido no passado. Pura e simplesmente, queríamos continuar a apoiar o crédito à habitação em condições que mantivessem a Caixa competitiva no mercado português.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Doutor, pode concluir-se dessas afirmações que a estratégia da Caixa Geral de Depósitos, na altura, foi apostar mais nos particulares e menos nas empresas?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Não. O que aconteceu na altura – e, inclusive, também fui muito criticado por isso, portanto, posso dizê-lo com à-vontade aqui –, foi que, efetivamente, a Caixa Geral de Depósitos como foi talvez mais conservadora do que outros bancos na concessão de crédito à habitação, quer em termos de prazos – pois, como sabe, houve outros que foram mais além dos 40 anos – quer também em termos da análise dos processos de crédito à habitação, e com isso a Caixa perdeu, inclusive, alguma quota de mercado nessa área.

Tenho de confessar que foi coisa que não me preocupou demasiado, na medida em que não só continuávamos a ser o banco dominante na área do crédito à habitação, como, vindo de uma altura em que, como sabem, a Caixa chegou a ter praticamente 100% do crédito à habitação, até por razões de regulação, dado que inicialmente havia apenas três bancos em Portugal que podiam fazê-lo, concretamente a Caixa, que era de longe o maior, o Crédito Predial Português e o Montepio Geral. Estamos a falar dos anos 90, portanto, é óbvio que só podia diminuir a sua quota de mercado.

Efetivamente, não houve uma aposta grande no crédito à habitação, não mais do que a que seria normal para um banco que era o líder de mercado nessa área; pelo contrário, houve, sim, e isso foi praticamente desde o início do meu mandato, uma aposta em algum crescimento no crédito às empresas. Porquê? Porque a Caixa Geral de Depósitos não tinha uma tradição no crédito às empresas, tirando o crédito à promoção imobiliária e à construção civil. Essa tinha sido sempre a lógica da Caixa Geral de Depósitos.

Havia, sim, uma outra parte do Grupo Caixa Geral de Depósitos, concretamente o que era, então, o Banco Nacional Ultramarino, que desapareceu por fusão com a Caixa em 2001, não me lembro exatamente o mês, e que tinha uma atividade mais orientada para as empresas.

Portanto, efetivamente, a orientação para as empresas foi algo que tentámos reforçar, nomeadamente através dessa fusão e, inclusive, trazendo quadros do Banco Nacional Ultramarino para posições importantes dentro da Caixa Geral de Depósitos, enfim, na altura, já banco único, porque estavam os dois fundidos, de forma a fomentar o crédito às empresas nesse âmbito.

Tivemos um êxito, diria, moderado dado que ganhámos 2% a 3% de quota de mercado nessa área, enquanto, ao mesmo tempo, perdemos alguma quota de mercado na área do crédito à habitação.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Doutor, no final de 2002, deu-se a queda da cotação do BCP na Bolsa. A Caixa foi a entidade mais atingida, tendo uma perda potencial superior a 700 milhões de euros. Como classifica toda a operação de investimento da Caixa no BCP?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr. Deputado, sinceramente, toda a operação deriva das ações com que a Caixa ficou através do desmembramento do Grupo Champalimaud que, mais uma vez, e já é a terceira ou a quarta vez que falo deste assunto, nesta época acabou por ser um dos aspetos fundamentais.

O acordo que foi estabelecido com o Santander em 1999 – eu ainda não estava na Caixa, mas obviamente tenho conhecimento, até porque me foi incumbida a finalização desse acordo que teve lugar, basicamente, durante o primeiro semestre do ano 2000 – implicava que a Caixa Geral de Depósitos tomasse conta do Grupo como um todo, e agora tenho de fazer um bocadinho da história de como é que isso foi feito, depois separasse o Banco Totta & Açores, que era como na altura se chamava, e o Crédito Predial Português, que já era detido em 90 e tal por cento pelo Totta & Açores, e os vendesse ao Santander, e depois ficava com o Banco Pinto & Sotto Mayor e com a Mundial Confiança, que eram as outras duas partes do Grupo.

No caso do Banco Pinto & Sotto Mayor, a decisão ia no sentido de vender esse banco — e lembro que a posição da Caixa no Banco Pinto & Mayor era da ordem dos 50%, – ao BCP que, aliás, tinha lançado uma OPA (oferta pública de aquisição) sobre esse banco.

A forma de pagamento que o BCP propôs aos acionistas do Sotto Mayor, não apenas à Caixa, mas ao conjunto dos acionistas, era a troca – e não me pergunte o rácio de troca, porque já não me lembro exatamente –, de ações do BCP, portanto, era um aumento de capital que era feito pelo BCP, por ações do Banco Pinto & Sotto Mayor.

E havia, depois, a Mundial Confiança, que, enfim, era um aspeto diferente, e que ficou no universo Caixa Geral de Depósitos.

Nessa troca, houve, penso, várias discussões sobre o assunto e ficou definido que a Caixa Geral de Depósitos ficaria com uma participação significativa de 6% a 8% – foi isso concretamente que ficou escrito – no BCP.

Como pode imaginar, eu, enquanto gestor da Caixa Geral de Depósitos, essa não era uma posição que fosse confortável para a gestão. Porquê? Porque ter uma participação tão significativa noutra banco comercial afeta, nomeadamente os capitais próprios da Caixa que já, na

altura... E estávamos ainda debaixo do regulamento de Basileia I, nem sequer estávamos em Basileia II ou III, mas isso seria muito mais penoso, porque é algo que afeta substancialmente os capitais próprios, concretamente chamados rácios de solvabilidade do banco.

No entanto, foi isso que ficou definido e durante o meu mandato tentei que essa situação fosse resolvida, e acabei por fazê-lo em 2004 na sua maior parte, como sabe.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quem foi o principal responsável por essa operação da Caixa no BCP?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr. Deputado, publicamente, e só posso falar em termos públicos, isso foi apresentado como uma solução que terá sido negociada pelo Ministro das Finanças, Dr. Pina Moura.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Doutor, tenho outra pergunta: em maio de 2003, começou a falar-se de um aumento de capital da Caixa Geral de Depósitos.

Na altura, quem veio a público com as primeiras declarações sobre esta matéria foi Santana Lopes. Soube-se pela imprensa também que a Caixa, na altura presidida por si, pediu às Finanças para aumentar o capital com a finalidade de comprar um banco espanhol, tentativa que saiu frustrada

posteriormente. Com quem falou do Governo? Que instruções recebeu? O que é que articulou, na altura, com o Governo e com quem?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr. Deputado, as conversas foram sempre e exclusivamente com o Ministro das Finanças, neste caso, com a Sr.^a Ministra das Finanças, Dr.^a Manuela Ferreira Leite — em 2003, se não me engano, penso que era ela... Aliás, tenho a certeza. As conversas foram exclusivamente com ela.

Como disse ainda há pouco, a situação que havia em Espanha era insustentável do ponto de vista económico, pura e simplesmente desse ponto de vista. Porquê? Porque com aquela dimensão não conseguíamos ter nem uma posição relevante em Espanha, nem uma rentabilidade minimamente aceitável – aliás, tínhamos prejuízo.

Por outro lado, o crescimento orgânico, na minha opinião, e sei que havia outras, e na opinião do conselho da altura, não era sustentável. Porquê? Porque a Espanha era dos mercados mais bancarizados na Europa e, mesmo, no mundo e, portanto, não nos parecia que fosse possível conseguir um aumento substancial do ponto de vista do crescimento orgânico, ou seja, de começarmos a abrir novas agências, de tentarmos entrar em novos mercados, etc..

Daí que o que tentámos fazer – e que, aliás, já tinha sido tentado, e bem, nos anos 90, embora sem êxito também –, foi tentarmos crescer através de aquisições, que é uma das formas mais rápidas de poder atingir uma dimensão razoável num mercado como era o espanhol.

Efetivamente fomos a duas operações, qualquer delas por concurso, e a Caixa Geral de Depósitos não venceu, ou seja, houve quem oferecesse mais do que nós.

Claro está que, para isso, era preciso fazer um aumento de capital, daí a discussão sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Foi essa a orientação que recebeu da ex-Ministra das Finanças da altura, Manuela Ferreira Leite?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Diria que não foi propriamente uma orientação da Dr.^a Manuela Ferreira Leite, isso era uma coisa que já vinha em discussão há mais tempo, aliás, já desde os anos 90, quando se começaram a fazer as aquisições. Houve, no princípio dos anos 2000, um grande incentivo a uma internacionalização e a uma integração com o mercado financeiro espanhol.

Devo recordar algo que foi verdade na altura, hoje em dia não é, de todo: a Caixa Geral de Depósitos era o terceiro ou o quarto maior banco ao nível da Península Ibérica, ou seja, tinha uma dimensão significativa no mercado ibérico.

Portanto, o estar, passe a expressão, acantonada ou apenas exclusivamente no mercado português, considerando que o mercado ibérico cada vez se integrava mais... Reparem: é precisamente nessa altura, ou continua a ser nessa altura, que a integração entre os dois mercados é cada vez maior, em termos económicos, não tanto em termos financeiros, ou, quando muito, em termos financeiros ao contrário, porque o que acontece é o investimento forte dos bancos espanhóis em Portugal, nomeadamente o Santander, como já aqui foi referido.

Portanto, a orientação era no sentido de tentar viabilizar e tornar significativa a presença no mercado ibérico de um banco que, na altura, era, penso eu, o quarto em termos de dimensão nesse mercado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, pode concluir-se que esta ação de aquisição de um banco espanhol foi concertada entre o Governo, o Ministro das Finanças à época e a administração da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Fazia parte das orientações estratégicas que tínhamos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — No final desse ano, dá-se a polémica do concurso da Caixa Geral de Depósitos à construção e à gestão do Hospital Universitário de Sintra.

Na altura, um elemento da Caixa Geral de Depósitos, do conselho de administração, veio, numa declaração pública muito polémica, dizer que o concurso estava feito à medida de outro consórcio concorrente – a Universidade Católica/Grupo Mello. Não acha que a diversificação dos investimentos da Caixa Geral de Depósitos nas agências de viagens, nos transportes e agora também aqui na gestão hospitalar, acentuou o risco de negócio do Grupo Caixa?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr. Deputado, primeiro, devo fazer uma pequena observação: esse era o Grupo Caixa, mas não era a Caixa Geral de Depósitos concretamente, era a Mundial Confiança ou a Fidelidade Mundial que estavam presentes nesse negócio, aliás, já anteriormente à Caixa ter adquirido a Mundial Confiança.

A Mundial Confiança tinha uma empresa que era os HPP, Hospitais Privados de Portugal – era assim que se chamava –, e, efetivamente, essa foi uma área de negócio extremamente rentável e positiva. Aliás, como sabe, acabou por ser vendida por um valor muito significativo em 2012, talvez, ou 2013, a um grupo internacional.

Acho que faz todo o sentido grupos que têm seguradoras estarem associados a hospitais. Portanto, isso fazia sentido na medida em que tínhamos – não pelo lado do banco, não fazia sentido nenhum, mas fazia sentido pelo lado dos seguros... Aliás, é interessante notar, e são as ironias do destino, que, na prática, quase se poderia dizer que mudou do lado da rua, porque, como sabe, a Fidelidade Mundial foi obrigada a vender os HPP, nomeadamente em Lisboa, o mais importante e o mais conhecido é o Hospital dos Lusíadas, e veio, uns meses mais tarde, depois de ser adquirida pelo grupo chinês Fosun, a adquirir o hospital do outro lado da rua, que é o Hospital da Luz.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O Orçamento do Estado para 2004 incluía uma proposta de aumento de capital da Caixa Geral de Depósitos. Portanto, a decisão política do Governo de então, em 2004, era aumentar o capital da Caixa em 400 milhões de euros para financiar a aquisição do banco espanhol Banco Atlântico. Como é que se desenvolve esse processo?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Bom, era um dos dois que eu ainda há pouco referi. Aliás, já agora, e para não parecer que há alguma coisa menos clara, houve dois concursos, um foi ao Banco Zaragozano — que foi anteriormente — e depois ao Banco Atlântico.

Desenvolveu-se através de um concurso público, organizado por um banco internacional, com sucessivos *bids*, ou seja, sucessivas propostas de vários concorrentes. Para o fim ficaram dois bancos, concretamente a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Sabadell. O Banco Sabadell acabou por oferecer mais do que a Caixa Geral de Depósitos e ganhou o concurso. Portanto, o aumento de capital não era necessário.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Professor, como foi uma proposta do Governo, que foi incluída no Orçamento do Estado para 2004, havia um empenho e um cunho político forte do Primeiro-Ministro da altura e do Ministro das Finanças. Recebeu sempre orientações nesse sentido? Quem é que deu orientações concretas para avançar com este processo?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — As articulações que eu tinha com o acionista, nomeadamente com o Ministro das Finanças — foi a única entidade com quem eu mantinha conversas estratégicas sobre esta e outras matérias —, foram no sentido de que devíamos prosseguir aquilo que tínhamos definido como estratégia, já dois anos antes, que era a de adquirir um banco de alguma dimensão em Espanha. Não um dos grandes bancos espanhóis, porque, obviamente estaria fora de causa e não teríamos, passe a expressão, dinheiro para isso, mas um banco de média dimensão. O Atlântico e o Zaragozano tinham a dimensão apropriada.

Obviamente eu disse, como me competia, que, para fazer essa aquisição, necessitaria de um aumento de capital, que se estimou em cerca de 400 milhões de euros. Já não me lembrava exatamente deste número, mas está, com certeza, correto.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Essas tentativas de aquisição de um banco de média dimensão em Espanha não eram o reconhecimento de que a operação da Caixa em Espanha foi um falhanço?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Já o disse, esta era uma situação subótima. Essas aquisições foram feitas no princípio dos anos 90 – 92 a 94 –, sei que pouco depois disso houve tentativas de aquisição de outros bancos em Espanha. Não conheço, obviamente, tão bem o processo, porque não estava lá, ouvi dizer, mas não sei exatamente quais é que foram as tentativas exatas que foram feitas, portanto era um assunto já antigo.

Sem essa aquisição e um aumento significativo da quota de mercado, ou seja, pelo menos, passar para a ordem dos 2 a 3% – que, hoje em dia, até seria bastante pequena, mas que, na altura, dada a pulverização do mercado espanhol, já era alguma dimensão –, o resto da posição da Caixa Geral de Depósitos em Espanha era subótimo, ou seja, não rentável e, portanto, não era de continuar nessa situação.

Aliás, não sei se me estou a antecipar a alguma pergunta que me vá fazer a seguir, mas o que fizemos, quando não fomos bem-sucedidos na aquisição – nem na primeira nem na segunda –, foi fazer exatamente o contrário, ou seja, foi fundir os três bancos que existiam em Espanha, de

forma a ganhar algumas sinergias, diminuir o custo e fechar algumas agências.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, coloco algumas questões para finalizar a primeira ronda.

Primeira questão: o que é que levou à venda ao BES dos ativos Lusogest e Lusopensionis, em 2004?

Uma outra questão tem a ver com a polémica que viveu durante alguns meses com Mira Amaral, na altura vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos, relativamente ao modelo de *governance* da Caixa Geral de Depósitos. Ainda hoje defende o modelo de *holding*?

Recordo que Mira Amaral disse, na altura, que a Caixa Geral de Depósitos precisava tanto de uma *holding* como um sem-abrigo de um *smoking*. Foram palavras muito duras, dirigidas a si, portanto gostaria que comentasse isso e respondesse se, ainda hoje, continuaria a defender a *holding* como a solução, à época, para a Caixa Geral de Depósitos.

Gostava, ainda, de perguntar se esteve em contacto com o Grupo Carlyle a propósito da aquisição de participações na Galp, uma polémica que se instalou em maio de 2004, se teve alguma orientação do Governo nesse sentido e que contactos teve com o Governo de então.

Para finalizar, pergunto-lhe ainda se participou em alguma reunião com ex-Ministro das Finanças, Bagão Félix, a propósito do plafonamento da segurança social, que era uma proposta do Governo PSD/CDS-PP na altura, uma medida que canalizaria para a área do setor financeiro milhões de euros de poupanças privadas, que estavam na previdência do Estado, compensando a previsível quebra das subscrições dos PPR (plano poupança reforma).

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Em relação à Lusogest e ao outro fundo a que se referiu, não me lembro. Devem ter sido, com certeza, operações de pequena dimensão... Seriam, com certeza, fundos, mas não tinham relevância, portanto não é algo de que me lembre.

Quanto a relações com a Carlyle ou com a Petrogal, a Caixa esteve perfeitamente fora de todo esse processo. Aliás, penso que, no final, ficou com 1%, ou coisa do género, do capital da Galp para o Estado, através da Caixa Geral de Depósitos, ter uma posição simbólica, dado que 1% não é uma posição muito significativa.

Em relação a conversas sobre o plafonamento da segurança social, nunca tive nenhuma – aliás, isso não tinha a ver com a Caixa Geral de Depósitos, de todo.

Em relação à *governance* talvez valha a pena, e é um assunto sobre o qual gosto bastante de falar dado que foi uma iniciativa que comecei a tomar ainda no ano 2000, relembrar que tive discussões com o Dr. Pina Moura, mas quando essas discussões já iam algo avançadas, como sabe, ele foi substituído; não tive essas conversas com o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins – como ele mencionou nesta Comissão —, também porque o período em que ele esteve foi bastante curto; e, depois, tive essas discussões, de forma mais extensa, com a Dr.^a Manuela Ferreira Leite.

A questão da *holding* tinha a ver com o seguinte — e, agora, do ponto de vista meramente técnico e não tem a ver tanto com *governance*: confundiu-se uma questão de estruturação empresarial com uma questão de *governance*, que são duas coisas diferentes.

A questão da *holding* impunha-se e, enfim, eu antecipava que isso ia acontecer, mais tarde ou mais cedo – e foi mais cedo do que mais tarde e, hoje em dia, seria impossível funcionar se não fosse com uma *holding* a não

ser fazendo aquilo que aconteceu, que foi vender os seguros, pura e simplesmente.

Então, o que acontecia era que o grupo financeiro Caixa Geral de Depósitos tinha adquirido uma dimensão que ia muito para lá da mera banca comercial, que tinha sido durante mais de uma centena de anos, dado que é uma instituição muito antiga.

Naquele momento – e estamos a referir-nos ao período do meu mandato – o Grupo já incluía a Caixa Geral de Depósitos, banco comercial, banco tradicional, que tinha, entretanto, absorvido o Banco Nacional Ultramarino; incluía os seguros, nomeadamente a maior companhia de seguros em Portugal, dado que, por aquisições sucessivas, começou tendo apenas a Fidelidade, depois a Mundial Confiança e depois a Império Bonança, portanto era um grupo muito substancial, com uma quota de mercado na ordem dos quase 40%, dependendo dos campos de que estivermos a falar, obviamente, e que já representaria cerca dos 30% do grupo total; para além disso, tinha uma área internacional, que já estava relativamente desenvolvida e que poderia ter outros desenvolvimentos, embora haja aqui um certo ponto de interrogação, nomeadamente com o caso espanhol, que não estava totalmente resolvido; e havia, ainda, uma participação significativa no Brasil — como ainda há pouco referi — e noutros mercados, mas estes eram talvez os dois que, em termos de peso nos ativos da Caixa, eram maiores.

O Grupo tinha um banco de investimentos e, ainda, um conjunto de participações financeiras que pesavam, muito substancialmente, no balanço da Caixa Geral de Depósitos. Quando digo pesar, tem a ver, fundamentalmente, com a forma como são calculados os rácios de solvabilidade das instituições financeiras.

As instituições financeiras – e isso, se era verdade na altura, hoje em dia é, absolutamente, verdade – não têm capacidade, a não ser com custos de

capital tremendos, de ter esta multiplicação de negócios todos na mesma instituição.

Portanto, havia duas maneiras de fazer: uma, que não era aquela que me parecia correta, mas, obviamente, estou aqui apenas a dar a título de exemplo, era partir a Caixa aos bocados e, portanto, haver várias instituições separadas, que dependeriam diretamente do Estado; outra era criar uma única grande instituição financeira, que teria uma *holding*, teria um banco comercial, um banco de investimento, uma seguradora, uma sub-*holding* para a área internacional e uma outra para a de participações financeiras. Só isso permitiria que, com capitais próprios, que foram sempre os adequados, mas não em grande abundância, até porque o acionista Estado nunca é um acionista rico, em termos de fazer aportes de capital social, nem permite, como permitiu aos outros bancos privados, fazer enormes aumentos de capital, o que foi o caso na primeira metade dos anos 2000, como sabem, de, praticamente, todos os bancos privados, e estou a lembrar-me de alguns, que não vou referir, mas que todos conhecem.

Portanto, a única solução possível era criar uma *holding* e ter, realmente, negócios autónomos, coordenados, do ponto de vista estratégico, na área financeira. Na altura, a relação entre a banca e os seguros era muito importante, até porque se falava muito de um nome que perdeu, digamos, a sua cidadania – ou seja, é pouco utilizado hoje em dia –, que era a *bancassurance*, que, lembram-se com certeza, era o modelo de negócio dominante em todos os bancos em Portugal e na maioria dos bancos internacionais, sendo que quase todos eles caminharam para o sistema da *holding* e de ter os vários negócios separados e com autonomia financeira, ou melhor separados empresarialmente mas coordenados, a nível central, através de uma *holding*.

Este era o modelo normal de funcionamento de grandes grupos financeiros, mas não era, com certeza, o modelo para um banco comercial com todas estas atividades.

Portanto, o que estava em causa, fundamentalmente, não era uma questão de *governance*; era a de ter um presidente da seguradora, como existia, com o seu conselho de administração, ter um presidente na banca comercial, com o seu conselho de administração, e, assim, sucessivamente, para as várias áreas de negócios, coordenados, por sua vez, pelo conselho de uma *holding* que abarcava todos esses negócios, essa é que era a questão essencial que estava em causa.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tendo a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar o Dr. António de Sousa.

Começo pelo seguinte: numa entrevista que deu – para uma série de livros que contam a história da Caixa Geral de Depósitos –, diz, a certa altura, que, os seus 100 primeiros dias foram dedicados à conclusão do Grupo Champalimaud.

Solicitava que nos explicasse e explicitasse melhor qual foi o papel que a Caixa Geral de Depósitos desempenhou nesta questão do Grupo Champalimaud.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr. Deputado, penso que, na prática, já respondi, na maioria, a essa questão, mas vou tentar ser mais explícito.

Como sabem – penso que é do conhecimento geral – o Grupo Santander teria um acordo, ou melhor, teve um acordo com o Sr. António Champalimaud para adquirir a totalidade do Grupo Champalimaud, que incluía — e há outras partes mais pequenas – as grandes instituições que eram o Banco Pinto & Sotto Mayor, o Banco Totta & Açores, o Crédito Predial Português e a companhia de seguros Mundial Confiança.

Eram estas as quatro grandes instituições, aliás, a maneira como o Grupo estava organizado até era um pouco diferente da maior parte dos outros grupos, porque era a Mundial Confiança que estava no topo e os outros eram participados desse mesmo Grupo.

As percentagens que o Grupo tinha em cada uma das instituições eram diferentes: era a quase totalidade, ou, pelo menos, um valor muito significativo, do Crédito Predial Português; um montante muito significativo do Totta & Açores; cerca de 50%, mas que lhe dava o controlo, no Pinto & Sotto Mayor; e a quase totalidade na Mundial Confiança.

Bom, esse acordo foi muito discutido politicamente – aliás, acompanhei essa discussão, não enquanto presidente da Caixa Geral de Depósitos mas enquanto Governador do Banco de Portugal –, mas não foi aceite, nomeadamente pelo Banco de Portugal – e, por acaso, é um tema que ainda não surgiu aqui hoje, mas que vou ter de referir, dada a pergunta que me faz – por uma razão: é que uma boa parte das decisões que eram para tomar nesse grupo financeiro, seriam tomadas ao nível dos acionistas.

Ora, era muito claro no regime geral das instituições financeiras – e penso que ainda é hoje em dia, apesar de terem havido pequenas alterações, mas não me parece que as tenha havido nesta área – que as decisões sobre matéria bancária, sobre tudo o que tem a ver com aspetos do dia a dia, seja concessão de crédito, assunção de riscos, e os riscos não são só de crédito, são também de taxa de juro, riscos operacionais, riscos cambiais, etc., eram da exclusiva responsabilidade do conselho de administração e, mais do que

isso, dado ao sigilo bancário, não podiam ser, sequer, discutidas com os acionistas.

Portanto, foi por aí que a questão desse acordo não foi para a frente. No entanto, obviamente que esse era um aspeto que poderia ser superado, era só uma questão de apresentar o acordo em modo diferente, era uma questão de reorganização da maneira como estava estruturado esse mesmo acordo.

Ora, isso foi feito e levou a uma discussão, nomeadamente de cariz político, e o Banco de Portugal teve, obviamente, uma posição muito mais apagada ou quase inexistente, em que se punha em causa que uma parcela muito grande do sistema financeiro português passasse para as mãos de um banco espanhol – aliás, lembrem-se, eventualmente, da discussão que isso levantou na época.

Depois de muitas negociações, as quais conheço por ouvir dizer, basicamente, nomeadamente em algumas conversas com o Dr. Pina Moura quando eu já estava na Caixa, aliás, quando estava em transição do Banco de Portugal para a Caixa, terá havido, e houve com certeza, um acordo com o Santander sobre qual era a parte do Grupo que poderia ser adquirida pelo Santander e qual era a parte a que o Santander daria acordo para que fosse não adquirida por ele, mas por outros.

Desse acordo resultou que – a operação era desdobrada em duas, se quisermos, depois até tinha mais desdobramentos, como já vou dizer a seguir para tentar ser tão explícito quanto possível – a Caixa Geral de Depósitos comprava a Mundial Confiança que era, digamos, o topo, a *holding*, se quiser, desse grupo financeiro, dado que ele já funcionava claramente como uma *holding* — neste caso era a seguradora — e, imediatamente, a seguir comprometia-se a vender ao Santander o Totta & Açores e o Crédito Predial Português. Aliás, era basicamente o Totta & Açores, porque o Crédito Predial Português, por sua vez, estava integrado nele.

A seguir, tinha de se processar a separação das duas áreas de negócios porque, entretanto, obviamente, o Grupo Champalimaud, que existiu durante vários anos, tinha feito a integração de uma série de serviços e operações, desde a informática até um conjunto de outras coisas, e, portanto, havia que criar ali um período de transição em que se pudesse fazer o *unbundling*, a separação dessas atividades.

Portanto, o que a Caixa Geral de Depósitos fez foi comprar a Mundial Confiança e fazer essa operação imediata com o Santander – aliás, foi feita pouco tempo depois de eu lá chegar, sendo que eu pedi apenas algum prazo adicional, porque havia algumas coisas que estavam atrasadas, mas era uma questão de semanas, e não houve nenhum problema com isso, portanto, essa parte ficou completada.

Depois, havia a questão de que a Caixa não podia manter a Mundial Confiança e o Banco Pinto & Sotto Mayor sem pedir um enorme aumento de capital ao Estado, um aumento de capital de grande dimensão ao Estado.

A questão óbvia era ou, pura e simplesmente, se vendiam as duas instituições, Mundial Confiança e Banco Pinto & Sotto Mayor, ou apenas uma delas, sendo que o Banco Pinto & Sotto Mayor pesaria mais nos rácios do que a Mundial Confiança e ainda por cima, tinha bastante menos interesse do ponto de vista sinérgico com a Caixa Geral de Depósitos. Porquê? Primeiro, porque havia uma grande sobreposição em termos de agências e de atividade com a Caixa Geral de Depósitos e, em segundo lugar, porque ao contrário do que acontecia na banca, a Fidelidade era, na altura, uma companhia de seguros já importante, mas apenas uma entre várias, ou seja, não era, de todo, a dominante, isto é, dependendo do que estivermos a falar, estaria entre o segundo e o terceiro lugar na maior parte dos *rankings* da altura.

Portanto, o que foi feito foi tomar uma decisão estratégica, obviamente, em acordo com o Governo da altura – o Ministro era o Dr. Pina

Moura –, de que a Caixa manteria a Mundial Confiança e venderia o Banco Pinto & Sotto Mayor que, aliás, tinha uma OPA no mercado feita pelo então Millenium BCP.

Pronto, penso que basicamente era este o modelo. Não sei se quer mais algum detalhe, mas basicamente foi esta a operação que foi feita.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Doutor, agradeço o detalhe.

A Caixa adquiriu a Mundial Confiança e logo num primeiro momento vendeu o Banco Totta & Açores ao Santander.

De que forma é que o Santander pagou o Banco Totta & Açores? Está recordado?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Pagou à Mundial Confiança, porque era a dona, o montante que tinha ficado acordado já anteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Mas há uma notificação à CMVM, ao mercado da altura, onde o Santander referia que comprava ao Banco Pinto & Sotto Mayor as ações que este tinha no Banco Totta & Açores e, em troca, ficava com 2,46% do capital do Santander. É factual esta informação que foi comunicada ao mercado. O Banco Pinto & Sotto Mayor ficou a deter 2,46% do Santander por venda do Totta & Açores?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Pois, não sei de quando é essa comunicação. Se me puder dizer...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — É de 7 de abril de 2000.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Pois... Quem ficou com essa posição no Santander foi a família Champalimaud, portanto, os acionistas. Não sei exatamente como é que isso se processou.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Doutor, pergunto-lhe isto, porque, mais tarde, o Banco Pinto & Sotto Mayor foi vendido ao BCP e importa aqui perceber se, para além dessa venda, também se tinha vendido uma posição de referência no Santander por via da troca destas ações.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Não.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Então, concentrando-nos agora na venda do Banco Pinto & Sotto Mayor ao BCP, por que razão é que a Caixa aceitou que o BCP pagasse em ações?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Bom, a operação que foi posta ao público em geral, portanto, não só à Caixa como aos outros acionistas... Como disse, a Caixa, mais uma vez, é sempre a Mundial Confiança mas, enfim, o Grupo Caixa para facilitar... Penso que

nos estamos a entender que, quando falo de Caixa, na prática, é da Mundial Confiança, porque ela é que era o dono.

O que foi proposto aos acionistas foi um aumento de capital do BCP que dava x ações por y ações do Pinto & Sotto Mayor. Não sou capaz de dizer qual era o rácio de troca, mas isso foi publicado na altura e também não terá um interesse por aí além para esta discussão.

O que tinha sido acordado anteriormente era que isso implicava um aumento muito grande de capital do BCP e terá sido acordado, quando foi feito o acordo geral sobre o desmembramento do Grupo Champalimaud, que a Caixa Geral de Depósitos ficaria com uma participação que seria utilizada para efeitos de internacionalização no BCP. Esse acordo sobre a internacionalização já foi assinado por mim, o anterior é de 1999, é anterior a eu estar nestas funções.

Como disse, do ponto de vista técnico e meramente de gestão, ter uma participação significativa noutra banco comercial é algo que é muito pouco desejável para uma instituição financeira. Nunca gostei dessa situação, mas os acordos estavam assinados, portanto não era eu quem iria... Até porque não só estavam assinados, como alguns deles, este provavelmente não, tinham, inclusive, cláusulas penais substanciais. Portanto, os acordos estavam estabelecidos, firmados, tinham sido assinados e não só eram do conhecimento do Governo como tinham sido negociados por ele.

A Caixa, numa conferência de imprensa, numa das salas da Culturgest, que também servem para exposições algumas vezes, assinou formalmente esse acordo em que ficaria com 6% a 8% para fins de internacionalização.

Definiram-se esses mesmos fins e, já agora, posso avançar que sempre achei que seria uma coisa para um prazo relativamente curto, a não ser que, efetivamente, se concretizassem essas operações e, portanto, pudesse haver uma troca dessas ações por ações de outras instituições em termos de internacionalização. Isso nunca foi possível, porque nunca se chegou a

acordo com o BCP sobre essa matéria, portanto, acabámos por, logo que foi possível, alienar essas ações e, como sabe, foram alienadas no âmbito da compra da Império e da Bonança.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Doutor, sobre o modelo de venda do Banco Pinto & Sotto Mayor, a informação que conseguimos levanta-nos várias dúvidas.

A primeira é que o comunicado, que é assinado em conjunto pelo BCP e pela Caixa Geral de Depósitos a 31 de março de 2000, diz, a certa altura: «O acordo entre o Grupo CGD e o BCP prevê a alienação de uma participação de 53% no capital social do Banco Pinto & Sotto Mayor (...)» — até aqui tudo explicado e percebido — «(...) correspondente a um preço de ação de 23,156 € a liquidar em dinheiro, sem prejuízo de a Mundial Confiança, no quadro da oferta pública de aquisição lançada pelo BCP, poder vir, na proporção que escolher, a aceitar a contrapartida em ações do BCP, podendo o Grupo CGD vir a deter uma participação estável de 6% a 8% do capital social do BCP».

Portanto, aqui colocam-se logo duas questões: o acordo previa a aquisição do Banco Pinto & Sotto Mayor em dinheiro, mas a Mundial Confiança, integrada no Grupo CGD, decidiu que, afinal, queria ações do BCP, queria que a venda fosse feita com ações do BCP: Porquê, quando a venda poderia ser em dinheiro?

Faço já a outra questão: o acordo previa que a Caixa Geral de Depósitos pudesse ter uma participação variável entre 6% a 8% do capital social do BCP, mas chegou a ter quase 20%. Por que é que aceitou esta participação de quase 20%, quando previa uma participação estável entre 6% a 8%?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Até penso que foi superior a 20%, mas foi durante três ou quatro dias e isso teve a ver com o mecanismo que foi utilizado.

Como sabe, o mecanismo que foi utilizado foi o de um aumento de capital do BCP que foi tomado firme por um conjunto de entidades, nomeadamente pelo próprio BCP em certas condições. Efetivamente, quando se chega ao fim do rateio das ações, porque a operação era relativamente complexa, como qualquer oferta pública, neste caso, OPA, porque era uma oferta pública de aquisição por parte do BCP, verifica-se que, com o *book building*, etc., o que dava para a Caixa, penso, era um pouco mais de 20%.

Nós dissemos: «Não, o acordo que existe é que, no máximo, ficamos com 6% a 8%». Acordou-se que, num período máximo de uma semana, portanto, cinco dias úteis, o BCP passaria para esses 6% a 8% e fê-lo. Portanto, pagou, em dinheiro, esses cerca de 15%, grosso modo — podem ser 14%, 15%, mas na ordem de grandeza de 15% —, no período que tinha sido estipulado. Os 6% a 8% eram um acordo que estava implícito aí.

Efetivamente havia um acordo de que deveríamos tentar, e temos de voltar ao ano 2000 em que se falava muito de manter em mãos portuguesas, ou manter o controlo português, um conjunto de empresas e foi nesse domínio que esses 6% a 8% foram definidos pelo Governo logo nessa altura.

Aliás, posso dizer que tentei que fossem menos, nomeadamente os 6% a 8%, porque falava-se de 10%, depois falou-se de 8%, depois eu consegui que ficasse escrito 6% a 8%, sendo que a percentagem não estava totalmente definida, mas era um montante significativo.

Como se lembram, a partir de 10% era uma participação qualificada, portanto as participações qualificadas hoje em dia até são menos, enfim a percentagem é menor, mas, na altura, os 10% é que eram a linha de água e

isso, então, seria muito mau para a Caixa em termos de rácios e de capitais próprios. Os 6% a 8% foi o que ficou e o objetivo era a internacionalização para o leste europeu, porque o BCP tinha já um ativo importante no leste europeu, que conhece, com certeza, que era o banco na Polónia, e aí podia haver uma troca fácil dessa posição, pelo menos por uma parte, sendo eu dependia de qual fosse a percentagem a que se chegasse a acordo sobre isso.

Efetivamente, nunca se chegou a acordo e durante três ou quatro anos, de junho de 2000 a junho de 2004, mantiveram-se essas ações que sabíamos que eram para transformar noutra coisa fosse vendendo, o que no mercado, obviamente, ia afetar as ações do BCP e, portanto, criar um prejuízo para a Caixa, ou, então, trocar por outro ativo, que foi aquilo que acabámos por conseguir fazer, mas, efetivamente, não era essa a nossa preferência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Já disse mais do que uma vez que não gera conforto nenhum ter uma participação deste nível, principalmente num banco que é concorrente. Houve orientações políticas para que assim fosse?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Mais do que orientações políticas o acordo foi feito politicamente. Foi feito fora da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**. — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Por quem estava na tutela, na altura?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Como sabe, o acordo foi feito por uma pessoa que, infelizmente, não pode estar presente

que é o Dr. Pina Moura. Aliás, isso foi mais do que divulgado na altura como uma grande vitória de ter evitado que o Grupo fosse totalmente para as mãos dos espanhóis.

O Sr. **Presidente**. — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — E a participação da Caixa Geral de Depósitos no BCP também fazia parte do acordo?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Fazia parte da totalidade do acordo.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Considera que, para além dos constrangimentos e o desconforto que possa advir dessa participação, esta participação e este modelo que se encontrou de venda do Banco Pinto & Sotto Mayor trouxe prejuízos significativos para a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Visto a esta distância, e já passaram quase 16 anos e meio, eu diria que acabou por não ser uma má operação só pelo seguinte: efetivamente, a Caixa Geral de Depósitos teve prejuízo com as ações do BCP, mas também conseguiu comprar a Império Bonança e com a Império Bonança conseguiu construir o maior grupo segurador nacional que, mesmo na altura de maior quebra das bolsas, nomeadamente em Portugal, e no setor financeiro, acabou por ser vendida por 1300 milhões de euros ao Grupo Fosun, como sabe.

Ora, isto foi em 2012 ou 2013, precisamente quando as bolsas estavam em muito má situação, quando o País tinha muita dificuldade de aceder a

capitais estrangeiros e, no entanto, conseguiu vender-se esse ativo que uns anos antes teria valido mais, com certeza, mas que, naquela altura, mesmo assim, conseguiu ser vendido por 1330 milhões de euros, e estou a utilizar informação que apareceu nos jornais e que, basicamente, penso estar correta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Há pouco disse e é factual que, efetivamente, a Caixa Geral de Depósitos chegou a deter cerca de 20%, mais coisa menos coisa, do BCP, durante um período curto de tempo, porque depois voltou a vender ações ao BCP.

A pergunta que lhe coloco é a seguinte...

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Peço desculpa, não sei se posso interromper...

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado não se importar...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Com certeza.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Nós não vendemos ao BCP; vendemos a terceiros indicados pelo BCP, porque o BCP não poderia ter uma posição de 20% em si próprio, não é?

O Sr. **Presidente**. — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Agradeço-lhe essa precisão, mas a pergunta que lhe queria colocar é a seguinte: na altura, a Caixa Geral de Depósitos quando aceitou ações do BCP, aquando da venda do Banco Pinto

& Sotto Mayor, fê-lo aceitando um valor de 5,61 € por ação. Quando vendeu, uma semana depois, vendeu bastante abaixo disto, por 5,15 €.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Vendeu exatamente ao preço a que tinha comprado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — A 5,61 €?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Eu agora não tenho aqui os números à frente, não sei se foi a 5,61 €, se foi a 5,15 €... Sei que as ações foram vendidas exatamente ao preço a que foram compradas.

Posso até acrescentar que a operação era para ser feita no período máximo de uma semana, ou seja, aquilo foi, pura e simplesmente, por uma questão... Como sabe, os pagamentos das ações são feitos no dia d+2 ou na altura até acho que era d+3 ou d+4, porque os sistemas operacionais não eram tão rápidos como são hoje e, portanto o que estava em causa eram, pura e simplesmente, movimentos desse género.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Ainda assim o Grupo Caixa manteve sempre, e durante um largo período de tempo, uma participação de 8% ou mais no BCP. Por que razão é que nunca indicou ninguém para o conselho de administração? Tendo já esta participação num banco concorrente de que forma ...

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Já era proibido. É proibido um banco ter um administrador executivo noutra banco

concorrente. É proibido pelas autoridades de regulação, portanto não era uma questão que se pusesse.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Então, se não podia indicar ninguém para o conselho de administração, se, em 2000, o BCP, curiosamente, decide não distribuir dividendos pelos seus acionistas, portanto a Caixa também não ganha nada em ter lá a participação que tem, se se pensava que essa participação era para fazer alguma operação em conjunto no leste europeu, que nunca chegou a acontecer, qual era o interesse da Caixa em ter uma participação no BCP?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Eu acho que já lhe disse, o interesse técnico de gestão da Caixa em ter essa participação não era nenhum; era tentar, logo que possível, conseguir trocar essa participação por algo mais interessante e o que conseguimos foi adquirir as seguradoras.

Claro está que durante cerca de dois anos, mais ou menos, houve conversas muito significativas sobre participações na Polónia e participações noutros países do leste europeu só que nunca chegaram a bom porto porque... Olhe, por exemplo, aí sim, podemos dizer que nunca chegamos a acordo sobre a *governance* e a Caixa não aceitava ser número dois numa parceria desse género, ainda por cima sendo ela a acionista do BCP e não vice-versa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Sr. Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Tendo em conta que a Caixa fica com estas participações por venda do Banco Pinto & Sotto Mayor ao BCP, tendo em conta que, pelos vistos, não ganha nada em ter este tipo de participação, a venda do Banco Pinto e Sottomayor ao BCP, ainda por cima, recusando que essa venda fosse feita com dinheiro vivo, mas, sim, por ações, foi uma venda de favor ao BCP?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr. Deputado, pode usar o adjetivo que quiser, mas tinha a ver com a lógica de que a Caixa Geral de Depósitos e outras instituições não deviam deixar que instituições portuguesas fossem diretamente tomadas por grupos estrangeiros.

Como sabe, na altura, e hoje ainda há quem defenda isso, era uma situação muito habitual, pretendia-se, pelo menos era a discussão pública — e não digo que fosse a discussão entre mim e o Governo até porque essa discussão não foi feita comigo —, que a Caixa devia, de alguma forma, ser uma instituição que defendesse os interesses nacionais do ponto de vista de propriedade. Esta era uma discussão, na altura, extremamente habitual, digamos assim.

Então, do ponto de vista técnico operacional de gestão a participação só teria interesse se fosse dissolvida noutra coisa e, aí sim, como sabe, há muitos bancos que têm participações...

Repare: o desequilíbrio aqui tem a ver com um outro aspeto, que ainda não mencionámos mas, obviamente, está implícito em tudo aquilo que fizemos, é que a maior parte destas operações que foram feitas — e, na altura, eram extremamente habituais e ainda hoje são mas muitíssimo menos por causa da regulação que atualmente existe que faz com que haja uma perda de capital enorme associada a essas participações, porque essas participações

abatem diretamente ao capital próprio dos bancos e automaticamente têm um custo muito maior do que aquele que tinham na altura —, e havia dezenas para não dizer centenas dessas operações entre bancos na Europa e nos Estados Unidos, eram participações cruzadas e o que acontece é que no caso da Caixa o cruzamento não era possível, porque a Caixa é 100% público e sempre o foi.

Portanto, o que acontecia, neste caso, era que a participação cruzada tinha de ser feita através de uma terceira entidade que seria a tal *holding* para os investimentos internacionais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Era perceptível na altura que o PCP não tinha dinheiro para comprar o Banco Pinto & Sotto Mayor?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Era perceptível que tinha de fazer um aumento de capital, por isso é que teve mesmo de fazê-lo.

Se a Caixa quisesse ficar com o Banco Pinto & Sotto Mayor teria de fazer exatamente o mesmo, pois também não teria dinheiro para adquiri-lo. Bem, nos bancos nunca é uma questão de ter ou não dinheiro; tem de ter rácio, tem de ter capitais próprios ou não. Não ter dinheiro é uma maneira coloquial de dizer.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Pergunto-lhe, para terminar, o seguinte: sabemos hoje que data também dessa altura, início do ano 2000, o

começo do esquema do BCP, das *offshore*, da compra e venda das suas próprias ações.

É verdade que só sabemos isso agora à luz dos tempos que vivemos, mas tendo em conta que, nestes anos, o BCP, apesar de declarar lucros fabulosos para a dimensão que tinha, decide não distribuir dividendos, tendo em conta que o BCP noutros países, como nos Estados Unidos, declarava prejuízos avultados, tendo em conta que se aventura à compra do Banco Pinto & Sotto Mayor e, estranhamente, a Mundial Confiança não quer dinheiro vivo, quer, sim, as ações do BCP, que estavam claramente inflacionadas e que, depois, vieram por aí abaixo, aquilo que dá a entender é que toda a gente sabia que o BCP teria muitas dificuldades de ter liquidez para adquirir o Banco Pinto & Sotto Mayor e houve, de alguma forma, intervenção política para dar o Banco Pinto & Sotto Mayor ao BCP, tendo ele possibilidades ou não de comprá-lo.

Portanto, é neste sentido que lhe coloco a questão.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr. Deputado, que tinha de haver um aumento de capital era claro. O aumento de capital no BCP, na altura, foi de grande dimensão, ou seja, foi quase para o dobro, portanto não foram os 6% ou os 8% da Caixa que permitiram ou não fazer a operação.

Claro está que as novas ações emitidas deveriam representar – e estou a falar de cor e não sou capaz de pôr as mãos no fogo por este número –, cerca de quase 50% do total das ações do BCP. Aliás, a Caixa ficou com cerca de 20% e tinha metade do Banco Pinto & Sotto Mayor, como já disse, portanto o total deveria ser cerca de 40%, como já disse, pelo que não eram esses 6% ou 8% que inviabilizariam a operação.

Aliás, precisamente na altura o BCP fez uma série de acordos – e agora estou a falar de coisas que são públicas e que vêm nos relatórios do BCP – com outros bancos, como seja a Intesa e é precisamente nesse aumento de capital que a Intesa entra com 8% ou 9%, é que entra com uma participação substancial no BCP.

Não sei se é nessa altura que o Sabadell também entra, aliás, posição que foi desfeita há dias, ou há semanas, mas penso que, nessa altura, também entrou, tal como várias outras instituições. Houve um conjunto de instituições financeiras que entraram, na altura, no BCP... Portanto, não foi algo que só a Mundial Confiança tenha feito, houve um conjunto de instituições que o fizeram, cada uma com o seu interesse estratégico. Não sei exatamente qual era o da Intesa, penso que o do Sabadell tinha a ver com a possibilidade de criar um grupo ibérico, ou qualquer coisa do género, e cada um dos outros teria a sua ideia, que, na altura, era a prática comum do mercado.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, às questões colocadas, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, pelo Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, antes de mais, queria começar por cumprimentar o Sr. Prof. António de Sousa.

Já muitas perguntas foram feitas, muitas respostas foram dadas, muitas das quais sobre matérias que o CDS também estava interessado em abordar, pelo que vou tentar focar-me em alguns pontos que, na minha opinião, ainda precisam de algum esclarecimento, um dos quais tem a ver com a análise que é possível fazer, porque, numa altura em que o mercado bancário gerava

fortes lucros, a Caixa Geral de Depósitos era, para os Governos, no fundo, o seu braço armado financeiro para intervir no mercado.

Sendo assim, e pedia-lhe que me confirmasse, para nós, é importante perceber as relações que a Caixa Geral de Depósitos tinha com o poder político e com os diversos responsáveis que ocuparam essas funções, enquanto exerceu funções na Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, aquilo que lhe queria pedir era se nos podia descrever quem eram os interlocutores da Caixa Geral de Depósitos e quem eram os interlocutores do Governo, como é que eram dadas as orientações, se havia relações entre o presidente do conselho de administração e o Ministro das Finanças, entre membros do conselho de administração e outros membros do Governo, no fundo, como é que se processavam, enquanto exerceu essas responsabilidades, as relações entre o poder político e a Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Prof. Dr. António José Fernandes de Sousa.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, as relações eram, tanto quanto sei, exclusivamente, entre mim e o Ministro das Finanças. Não digo que, uma ou outra vez, não tivesse havido algumas conversas com o Secretário de Estado das Finanças, por questões de pormenor, mas só por questões operacionais ou coisa do género, e foram escassíssimas.

O elo ou o ponto de comunicação entre o Governo e a Caixa Geral de Depósitos era o presidente do conselho de administração, eu, na altura, e os sucessivos Ministros das Finanças, portanto, os três ou quatro com que colaborei, considerando que o último foi só uns dias.

Fundamentalmente, as reuniões eram muito pontuais, ou seja, diria que não devia reunir com o Ministro das Finanças mais do que uma meia dúzia de vezes, se tanto, por ano.

A grande discussão era quase sempre sobre um tema que tinha a ver com os dividendos. Os dividendos eram, realmente, o grande tema que dava origem, normalmente, a mais do que uma conversa por ano, porque tinha a ver com aquilo que eu, passo a expressão, que a Caixa Geral de Depósitos ia pagar, com aquilo que podiam pôr no Orçamento para o ano seguinte... Portanto, aí, realmente, havia um tema de conversa bastante aceso, embora sempre simpático, e ficou sempre nos 50%, que era, mais ou menos, o acordo histórico que existia em relação a essa matéria.

Depois, reuníamos, quando havia questões estratégicas de fundo, fossem elas o caso espanhol, que já foi aqui falado várias vezes e que teve várias etapas — houve um banco, depois houve outro banco e para haver a compra do banco tinha de haver uma inscrição orçamental —, ou a compra das seguradoras, obviamente, ou até a operação do Grupo Champalimaud, de que uma parte foi comigo — a parte da operacionalização e como se assinavam os contratos, etc. — e outra parte foi anterior a mim, mas deve ter tido, penso eu, mais ou menos o mesmo modelo de interação, embora não me pronuncie sobre o período que extravasa os momentos em que lá estive.

Fundamentalmente, as conversas que tínhamos eram desse género.

O outro tema que foi discutido, ao longo destes quatro anos e meio em que lá estive, foi muito o modelo de organização empresarial da Caixa e não o modelo de governação, como, muitas vezes, tem sido falado, porque, realmente, era uma questão que, com Basileia I, já era importante, com Basileia II, tornava-se bastante relevante e, com Basileia III, era inultrapassável.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Já agora, Sr. Professor, quem é que costumava tomar a iniciativa dessas reuniões? Era o membro do Governo? Era o presidente do conselho de administração da Caixa? Dependia dos temas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Exatamente a última, Sr. Deputado, dependia dos temas. E, sobre os dividendos, normalmente, não era eu que falava.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas o Sr. Professor, quer no Banco de Portugal, quer, depois, na Caixa Geral de Depósitos, acompanhou o acordo celebrado pelo Ministro Pina Moura relativamente ao Grupo Champalimaud, e esta questão já foi bastante tratada.

Há uma pergunta que lhe queria fazer, que é a seguinte: conseguiu perceber por que é que a participação no Banco Comercial Português fez parte do acordo que foi celebrado?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Acho que já disse, Sr. Deputado, mas posso tentar repetir. Penso que isso se inseria naquele contexto de não haver grandes investidores portugueses no capital do BCP e dado que, na altura, havia muito a ideia de que devia haver capital português significativo nas grandes empresas portuguesas. A Caixa Geral de

Depósitos aparece nesse domínio, como, aliás, acabou por aparecer noutras empresas, embora de maneiras diferentes, como, por exemplo, através dos aumentos de capital em espécie que foram feitos, várias vezes, na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas considera que não era um interesse estratégico da Caixa?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Não, já aqui disse que não era.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Uma outra questão: ainda há pouco nos disse que, para si, a questão fundamental era o modelo organizacional da Caixa e não a questão da *governance*. Não é assim?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Peço desculpa, de organização empresarial ou societária.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, a *governance* não era a questão fundamental. É assim, não é?!

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Repare, Sr. Deputado, quanto à *governance*, obviamente, se altera a organização societária, tem de alterar a *governance* do Grupo. Mas a questão essencial era a organização societária do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, quando foi feita uma alteração no modelo de *governance*, o Sr. Professor fez uma avaliação muito negativa dessa alteração, tanto que considerou que o modelo de gestão que tinha sido introduzido não teria funcionado adequadamente e, tanto quanto percebi pelas notícias, comunicou à Sr.^a Ministra das Finanças que estava indisponível para se manter no cargo com aquele modelo de *governance*. Pelos vistos, então, o modelo de *governance* era importante?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — O que aconteceu foi que, para fazer essa alteração, era necessário que fosse aprovado um decreto-lei sobre a Caixa Geral de Depósitos, porque a Caixa Geral de Depósitos, nos atuais estatutos, era um banco e passava a ser uma *holding* ou uma SGPS (sociedade gestora de participações sociais), como, na altura, se dizia. Hoje em dia, as SGPS, com as modificações que tiveram, não são muito diferentes de uma sociedade comercial normal, mas, na altura, obviamente, o modelo que seria utilizado seria o das sociedades gestoras de participações sociais, o que obrigava a haver um decreto-lei que criasse essa instituição, 100% pública, e havia que destacar a parte da banca comercial dessa SGPS, ou seja, a banca comercial tinha de tornar-se o Banco Caixa Geral de Depósitos, chamemos-lhe assim, mas provavelmente não se chamaria Banco Caixa Geral de Depósitos, chamar-se-ia, pura e simplesmente, Caixa Geral de Depósitos. Seria uma empresa exatamente como a Fidelidade. A Fidelidade é 100%... Peço desculpa, porque estamos a falar de há muitos anos, hoje em dia já não é, a Fidelidade era 100% da Caixa Geral de Depósitos, mas não era parte, em termos societários, era independente, tinha o seu conselho de administração, etc.

E a Caixa-Banco de Investimento também, porque tinha uma licença bancária própria, era uma empresa onde, aliás, a Caixa nunca conseguiu ter 100%, tinha 99,8% ou coisa do género, já que houve 0,2% que ficaram sempre fora da aquisição e estavam dispersos por pequeníssimos acionistas, porque, em tempos, tinha estado cotada em Bolsa. O banco comercial teria exatamente essas mesmas características, ou seja, isso implicava um decreto-lei ou, provavelmente, seriam dois decretos-leis, dependendo da técnica legislativa.

Isso foi falado, foi acertado, em termos globais, com a Sr.^a Ministra das Finanças, não sei se ela o referiu ou não, só que, entretanto, caiu o Governo. O Dr. Durão Barroso, que era, na altura, o Primeiro-Ministro, como sabem, pediu a demissão – penso que é a forma correta de o dizer – para ir assumir um cargo internacional, como todos sabemos, e esse decreto-lei ou essa...

Bom, primeiro, era preciso definir a estratégia, em termos de saber se aceitavam ou não aquele modelo societário, depois, obviamente, era preciso fazer o decreto-lei. Isto passou-se, concretamente, entre abril e junho, portanto, foram dois meses e tal em que houve esta discussão e, inclusive, o conselho de administração, que foi nomeado em abril, nunca chegou, sequer, a ser completado. Ou seja, se reparar, o conselho tinha não sei quantos membros e nunca chegaram a ser nomeados, porque parou tudo a meio.

Efetivamente, o que disse é verdade: eu disse que, sem a nova estrutura societária, não estava interessado em continuar, até porque sabia que, mais tarde ou mais cedo, ia haver problemas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Professor, pelas suas declarações, fiquei com a ideia de que, quando informou, penso que,

ainda, a Ministra Manuela Ferreira Leite, de que estava indisponível para se manter no cargo, a sua discordância era com o modelo de *governance*. Até porque a ideia foi, tanto quanto consegui retirar, no fundo, o facto de existir um responsável da comissão executiva, o Dr. Mira Amaral, e o Presidente do conselho de administração, que seria o Sr. Professor. Foi o que retirei das notícias da altura.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Pois, mas o problema das notícias é o de que muitas das notícias são dadas com base na informação que os jornalistas têm...

Risos.

Nunca quis entrar nessa discussão. As duas ou três vezes, se é que falei duas ou três vezes no assunto, mas as duas vezes em que falei no assunto tentei explicá-lo. Percebo que, como está na moda, e já estava na altura, é mais fácil falar de *governance* e dizer que isto é um problema de *governance*, mas não é, é um problema de organização societária.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Já agora, Sr. Presidente, se me permite, queria só completar uma coisa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — É óbvio que, no tal banco a criar ou que seria criado por cisão ou destaque do Grupo Caixa Geral de Depósitos, haveria, aí, sim, um presidente de conselho de

administração e, eventualmente, uma comissão executiva, ou não, e este, sim, já seria um problema de *governance*. Tal como na Fidelidade, em que havia um presidente de conselho de administração que não era eu, era outra pessoa, e as *holdings* têm a sua própria administração, a sua própria comissão executiva e, eventualmente, um conselho mais alargado. Esse já é um problema de *governance*, de como seria constituído o conselho de administração da *holding*, de como seria constituído o conselho de administração do banco ou da seguradora ou da parte internacional do banco. E acho que, pela sua importância, algumas das instituições internacionais que a Caixa tinha na altura deveriam estar representadas na tal sub-*holding* internacional. Mas este foi já um ponto de detalhe que não chegou a ser aprofundado, porque, não se fazendo o resto, não estando definido o conjunto, não valia a pena estar a entrar nos detalhes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Só para confirmar: então, as divergências que apareceram noticiadas na comunicação social entre o Professor António de Sousa, na altura, presidente do conselho de administração, e o presidente da comissão executiva, Mira Amaral, não passavam de invenções?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Havia modelos diferentes neste sentido. É que, efetivamente, o que estava totalmente definido era que havia um presidente e um vice-presidente do conselho de administração.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Muito bem.

Mantendo-nos ainda nesta questão das notícias, que é, no fundo, a forma que temos de, passados estes anos, reconstituirmos um pouco o que aconteceu no passado — até porque nessa altura eu não tinha sequer responsabilidades aqui e não era expectável que as tivesse —, há uma matéria que queria abordar com o Sr. Professor e que se prende com a demissão do Dr. Almerindo Marques, noticiada publicamente, sendo que nessa notícia consta que a 6 junho de 2002 teria havido uma reunião da comissão de trabalhadores com o conselho de administração que teria motivado uma série de críticas relativamente ao que era a forma como estavam a ser concedidos créditos pela Caixa Geral de Depósitos e a forma como essas operações, envolvendo milhões de euros, estavam a ser conduzidas, sem serem devidamente aprovadas no conselho de administração e sem obedecerem aos regulamentos de crédito, o que teria levado à demissão do Dr. Almerindo Marques.

Pode confirmar-me o que sucedeu nesta altura?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Essa reunião de 6 de julho de 2002 é entre quem e quem?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A notícia refere que foi entre o conselho de administração, presidido pelo Sr. Professor, e a comissão de trabalhadores.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — É que o Sr. Dr. Almerindo Marques saiu antes, saiu substancialmente antes disso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Teria sido chamada a atenção, pela notícia que tenho aqui, para esta matéria, relativamente à forma

como estavam a ser concedidos estes empréstimos sem irem ao conselho de administração.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Se quiser e dado que é um assunto em que tenho todo o gosto em falar, posso explicar-lhe como era concedido o crédito na Caixa. Talvez seja mais fácil.

Primeiro, cheguei à Caixa em 20 de fevereiro de 2000, se não me engano — tenho alguma dificuldade, e isto sem fazer nenhuma blague, pois não tenho aqui todos os meses certinhos, mas 20 de fevereiro tenho a certeza que foi e penso que foi em 2000 —, e encontrei na Caixa algo que não posso dizer que me tenha surpreendido, porque havia também outros bancos em que acontecia o mesmo e eu tinha acompanhado isso no Banco de Portugal, ou seja, não havia departamento de gestão de risco na Caixa Geral de Depósitos.

Na altura, isso não era totalmente surpreendente, porque, efetivamente, a questão de gestão do risco era uma questão que estava no auge da discussão, nomeadamente a nível dos conselhos internacionais e do banco de pagamentos internacionais, em Basileia, e portanto nem todos os bancos portugueses, aliás, a maioria dos bancos portugueses, nomeadamente os grandes, não tinham estruturado um departamento de gestão de risco.

E quando se fala de gestão de risco não é apenas da gestão de risco de crédito, é da gestão de risco de crédito, que é importante, mas também não nos esqueçamos — e olhe-se para a recente crise financeira, que tem a ver com o risco de crédito, mas também com muitos os riscos —, nomeadamente, de todo o risco que é tomado através de instrumentos financeiros, de riscos cambiais, operacionais, etc., que hoje estão claramente, e claramente é uma maneira de dizer porque aquilo é bastante intrincado, mas, de toda a forma, hoje em dia estão muito bem apontados.

Por isso, uma das primeiras decisões que tomei, apesar de nos primeiros 100 dias estar mais preocupado com aquilo que já aqui foi dito sobre o Grupo Champalimaud, porque tinha datas concretas, foi precisamente a de a Caixa Geral de Depósitos ter um departamento de gestão de risco, até porque foi uma coisa em que eu, no Banco de Portugal, insistia com os bancos no sentido de o criarem o mais depressa possível. Portanto, já que agora estava do lado dos bancos, tinha mesmo de o fazer.

Daí que, no mês de março, poucos dias depois de entrar, tenha convidado o Professor Vasco d'Orey para o lugar a criar. Não posso dizer que era para o departamento porque ele não existia. O Professor Vasco d'Orey aceitou e entrou nos quadros da Caixa Geral de Depósitos no primeiro dia útil de abril. Se não foi no dia 1, foi nos dias 2 ou 3, ou seja, cerca de um mês ou um mês e 10 dias depois de eu chegar à Caixa.

O Professor Vasco d'Orey teve como encargo inicial o de fazer um estudo rápido, coisa que demorou dois a três meses, para ver como devia funcionar o regulamento de crédito na Caixa, porque não havia um regulamento geral de crédito na Caixa. Havia um conjunto de tradições, havia um conjunto de formas mais ou menos estabelecidas mas não havia um regulamento geral de crédito na Caixa, quer para o crédito quer, e ainda mais, para os outros tipos de risco, que, como já disse, são tanto ou mais importantes que o risco de crédito em muitas instituições. *Vide* mais uma vez que a crise financeira é muito mais de instrumentos financeiros do que de risco de crédito propriamente dito.

O Professor Vasco d'Orey não só fez esse trabalho como fez todos os regulamentos do conselho de crédito, e o conselho de crédito passou a funcionar sistematicamente às terças e às quintas-feiras, de manhã — penso que não houve uma única vez que isso não acontecesse —, e foi dividido em duas partes: uma para as operações de pequena dimensão e outra, que tinha lugar apenas à quinta-feira, para as operações de grande dimensão, sendo que

a manhã de quinta-feira era dividida em duas partes, a primeira para as de pequena dimensão e a segunda para as de grande dimensão.

Porquê? Podia perguntar-se por que é que não eram umas só à terça e as outras à quinta. Lembro-me que me foi dito, em termos estatísticos, que dado o número de casos que apareciam não valia a pena, para créditos pequenos, não haver uma oportunidade à quinta e estar a fazê-los esperar mais uma semana para irem a esse conselho.

No conselho de crédito estavam representados, primeiro, todos os diretores comerciais, o diretor jurídico, o diretor da gestão de risco, como seria normal, o diretor das operações internacionais e a Caixa-Banco de Investimento, caso tivessem operações nesse momento. Esses não eram constantes, porque, muitas vezes, não havia operações internacionais ou não havia operações de banca de investimento, que são normalmente operações de grande dimensão e não acontecem necessariamente todas as semanas.

Estavam ainda presentes todos os membros do conselho de administração que tinham esses pelouros concretamente, ou seja, estavam representados, geralmente, cinco a seis membros do conselho de administração e o secretário-geral, que era, aliás, quem fazia as atas do conselho de crédito e do conselho de administração, que são dois órgãos diferentes.

Portanto, essas reuniões existiam e sempre, sistematicamente, em todas as reuniões, os presentes eram a maioria do conselho de administração. Mais, e este é um aspeto que é importante relevar: embora seja verdade que, muitas vezes, alguns dos membros do conselho de administração, cuja presença não era obrigatória, porque não tinham assuntos a tratar naquele conselho, não estivessem presentes, a verdade é que todos eles recebiam exatamente a informação que ia ao conselho de crédito e ia ao conselho de crédito, necessariamente, não só com um documento escrito pela direção comercial, ou pela área comercial que propunha a operação, como com um

parecer de risco, que era assim que se chamava, se quisermos, o parecer de gestão de risco, a que chamávamos parecer de risco, o qual tinha a ver, fundamentalmente, com a análise da operação em si em termos do risco para a Caixa, portanto com a probabilidade de *default*, como se costuma dizer, ou seja, a probabilidade de vir a falhar, com as garantias que deviam ser, necessariamente, pedidas e sem as quais o crédito não devia ser concedido, o prazo, a taxa de juro... Enfim, os vários comentários que deviam existir e um outro aspeto que era o da rentabilidade associada a esse mesmo crédito, ou seja, conforme grau de consumo de capital, como sabem, o rendimento da operação é diferente e isso também era apresentado.

Isso foi feito sistematicamente, sempre, a partir da constituição desse departamento, que começou a funcionar algures depois das férias de 2000. Já não sou capaz de dizer se foi em setembro ou em outubro, mas foi por essa altura.

O Professor Vasco d'Orey foi fazendo os regulamentos. Primeiro fez o regulamento genérico e depois foi entrando nos mais específicos, mas o órgão funcionou sempre e antes disso, durante os meses de transição, obviamente que havia um conselho de crédito, só que de uma forma um bocadinho menos estruturada.

Então, passou a ter de haver uma folha-capa sobre cada investimento, qual era a rentabilidade e quais as garantias e isso existia para todos, inclusive, como também estava estabelecido, para os créditos de maior dimensão, que geralmente iam mais de uma vez a conselho de crédito. E porquê? Porque, primeiro, ia a operação global, para ver se estávamos ou não interessados em participar na operação, e nessa reunião eram dados parâmetros aos diretores para a negociação que podiam ter em termos de garantias, que tipo de garantias, qual a taxa de juro e o prazo que poderiam aceitar.

Muitas vezes, nessas operações maiores, estamos a falar de operações sindicalizadas e, portanto, analisava-se se era ou não aceitável o tipo de sindicato que se estava a propor; depois, as operações iam uma segunda vez a conselho para definição, enfim, para o diretor vir dizer a conclusão a que se chegou, ou seja, o prazo é 10 anos, a taxa de juro é tal e a hipoteca é tal, e, então, discutíamos se a aceitávamos ou não naqueles termos.

Esta era a forma de funcionamento, necessariamente, em todos os casos.

Portanto, quanto a esse assunto, e falou do Dr. Almerindo Marques, questão de que não quero fugir, diria que o Dr. Almerindo Marques na maior parte das vezes não estava presente no conselho de crédito.

Como saberá, ele era responsável pelo *backoffice* da Caixa e, portanto, não tinha áreas comerciais. Tinha acesso a essa informação mas, realmente, não estava presente na maior parte dessas reuniões, porque, obviamente, tinha uma carga de trabalho substancial e achava que na gestão da sua carga de trabalho não... Como, aliás, acontecia com o colega que tinha a parte dos seguros, que geralmente não estava no conselho de crédito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, Sr. Professor, o Sr. Dr. Almerindo Marques, numa carta que escreveu a várias entidades, desde logo ao Ministro das Finanças Oliveira Martins, refere especificamente que alertou os órgãos competentes da Caixa, nomeadamente os seus ex-colegas de administração, para o não cumprimento dos regulamentos definidos para a concessão de crédito.

E, aliás, foi mais longe, tendo até sugerido ao Ministro Oliveira Martins que aproveitasse o facto de ele sair para introduzir alterações,

afastando os elementos da administração que mais haviam contribuído para o desenvolvimento de várias disfuncionalidades constatadas.

Nunca o Sr. Dr. Almerindo Marques conversou consigo sobre esta questão de não estarem a ser cumpridas as regras na atribuição de créditos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Nunca discuti comigo nem o discuti em conselho de administração. Se teve alguma conversa com algum colega não sei.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E o Sr. Ministro Oliveira Martins chegou a falar consigo sobre o teor desta carta?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Não conheço a carta. Sei que a carta existiu, até porque veio publicada nos jornais e também leio os jornais — aliás, todos fazemos a mesma coisa —, e o Sr. Professor Oliveira Martins mencionou-me o assunto numa conversa, e foi tudo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Que indicações lhe deu nessa conversa?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Pura e simplesmente para verificar se aquilo que acabei de dizer estava a ser cumprido na íntegra, coisa que...

Aliás, como sabe, e também não vamos fugir ao assunto, eram citados dois ou três casos concretos de não podemos aqui falar por causa do sigilo bancário. Fui ver esses dois ou três casos concretos cuidadosamente e todos eles tinham cumprido estritamente o que lá estava. Aliás, a Caixa Geral de Depósitos fez um comunicado sobre o assunto.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sim, Sr. Professor, compreendo isso. Aliás, esses casos são noticiados, pelo que aqui nem está em causa uma questão de sigilo bancário. São é identificados casos...

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Peço desculpa, mas é uma questão de sigilo bancário. Alguém o quebrou, mas esse é outro problema.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, Sr. Professor, são identificados casos e o que é dito é que havia uma prática de não cumprirem os regulamentos, apesar de os regulamentos terem sido feitos.

O Ministro das Finanças seguinte, o Dr. Bagão Félix, quando esteve aqui presente, do que nos informou foi que, exatamente em relação a esta matéria, tinha dado indicações ao sucessor do Sr. Professor para reestruturar o departamento destinado à concessão de créditos.

Sabe dizer-nos se essas preocupações não tinham razão de existir?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Primeiro, não tinham. Em segundo lugar, como reparou, e já que referiu essa afirmação (e já passaram 12 anos), o Dr. Bagão Félix disse que tinha promovido a contratação do Prof. Vasco d'Orey, concretamente (e eu também ouvi).

Ora, a contratação do Prof. Vasco d'Orey foi feita em abril de 2000. Portanto, tinha sido feita quase cinco anos antes de ele lá estar. Acho que está tudo dito...!

O Sr. **Presidente**: — Passamos, então, ao Grupo Parlamentar do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, quero também cumprimentar o Prof. António de Sousa e agradecer-lhe o contributo que tem dado a esta Comissão. É uma Comissão que vai reconstituindo a história da Caixa Geral de Depósitos, é uma Comissão mais histórica do que de inquérito, ao que parece.

Tendo em conta que, hoje, já foram colocadas muitas perguntas e que muitas questões também já foram respondidas, talvez as minhas possam vir a incidir sobre alguns pedidos de opinião, que emitirá se entender útil e se evidentemente for a sua vontade, tendo em conta que não é essa a natureza do trabalho da Comissão de Inquérito, pelo menos não seria essa a prioridade.

Já foi aqui referido que, no período em que presidiu ao conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, a articulação entre a Caixa e os Governos com quem trabalhou era feita, quase exclusivamente, através do presidente do conselho de administração da Caixa e do Ministro das Finanças, portanto, ao mais alto nível entre a instituição e o Governo.

Ora, gostava de perguntar-lhe se nessa interação, nessas reuniões que eram convocadas, dependendo do assunto, por uma ou por outra entidade, alguma vez foi confrontado por parte do Governo, de qualquer titular com quem tenha interagido enquanto presidente do conselho de administração da Caixa, com solicitações de natureza política, ou de natureza, no caso, também política mas com vista a colmatar necessidades orçamentais, ou qualquer outro tipo de solicitação por parte de um Governo.

E, já agora, pergunto se alguma vez lhe foi dada qualquer espécie de indicação política, além daquela que consideraria ser a natural entre o representante do acionista e o presidente do conselho de administração de uma instituição pública.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Não. Efetivamente, nunca tive qualquer orientação política. Normalmente, as conversas eram muito técnicas e nunca houve discussões desse género. A única discussão que posso dizer que tinha impacto orçamental era sobre os dividendos, mas isso faz parte. Neste caso, tem a ver com o Orçamento, mas normalmente isso faz parte das discussões entre o acionista e a empresa. Portanto, o único aspeto que tinha a ver com o Orçamento era o caso dos dividendos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago (PCP)**: — Mas alguma vez lhe foi sugerido ou solicitado que pudesse haver uma distribuição maior ou menor de dividendos, consoante o momento e as necessidades orçamentais do momento?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sim, havia uma prática que não estava escrita, mas que também tem a ver com o Código das Sociedades, que é a de que, em princípio, a distribuição deve ser de 50%, se não for outro o valor a ser decidido e, pelo menos uma vez, ou penso que duas, houve pressões no sentido de ser mais de 50%.

Mas eu resisti a essas pressões, até por uma razão, que é esta: a Caixa Geral de Depósitos não pode fazer aumentos de capital, a não ser o dinheiro vindo do Estado. Ora, os rácios da Caixa sempre foram sólidos, mas não «nadávamos» em capital, ou seja, não eram excessivos, nomeadamente porque se pretendia manter um ritmo de crescimento bastante grande, e, como referi, a Caixa, na altura, era um dos maiores bancos da Península Ibérica.

Depois, foi perdendo em termos de *ranking*, mas, enfim, aí, as causas são muitas e têm a ver não só com a Caixa Geral de Depósitos mas também com a economia portuguesa como um todo — e isso já é mais uma questão de opinião do que outra coisa.

Mas efetivamente não fazia muito sentido estar a fazer aumentos no pagamento de dividendos, quando eu sabia que, muito provavelmente, se isso acontecesse, depois, teria de ir pedir um aumento de capital ao Estado e, nessa altura, teria dificuldades em explicar tecnicamente por que razão tinha pago os dividendos. Portanto, do meu ponto de vista, eu tinha de fazer isso.

Claro está que se podia dizer e o Governo podia fazer ao contrário, usando aquilo que certamente é conhecido pelos Srs. Deputados, que é o «abaixo da linha» e o «acima da linha», que se usa muito em linguagem orçamental, ou seja, aquilo que entra como receita e aquilo que sai como ativo financeiro. Mas isso nunca me foi proposto.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso quase que sugere que alguns Governos ou alguns titulares da pasta terão tentado colocar acima do interesse da Caixa a manipulação dos números orçamentais.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Isso não foi feito!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não, mas tentaram! Não foi feito, porque resistiu. É que, tendo sido aplicada a vontade dos ministros que o confrontaram com essa sugestão — ou, usando a sua palavra, «pressão» —, a Caixa teria sido alvo de maiores dificuldades no provisionamento de capital e na gestão do seu capital.

Portanto, independentemente de o Governo da altura poder depois fazer transferências de ativos financeiros e poder contar como ativos de capital a participação na Caixa, independentemente de tudo isso, a verdade é que a pressão que foi exercida sobre a administração da Caixa colocava como prioridade, ou mascarar o Orçamento, ou, enfim, ter mais capital a entrar como dividendos de capital provindos do banco público, e colocava numa segunda linha de prioridades a preocupação com a estabilidade financeira da Caixa. E o Conselho de Administração da Caixa resistiu — e estou a usar as suas palavras — às pressões. Portanto, eram pressões e resistiu.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Se me permite, também já estive em empresas privadas onde me aconteceu exatamente a

mesma coisa. Ou seja, o acionista, normalmente, quer mais dividendos, e tem direito, com certeza, porque o capital é dele — e, agora, estou a pôr-me aqui numa relação meramente técnica entre os dois. O que temos é de explicar que... Ou temos ou não temos... Quer dizer, neste caso, teríamos de explicar — e eu tentei fazê-lo — que a Caixa não estava em condições de pagar mais do que aquele montante, porque, caso contrário, haveria o risco — e, inclusive, obrigava-a a ter inscrição orçamental para o ano seguinte — de precisar de um aumento de capital, se se mantivesse esse crescimento. Em qualquer dos casos, as minhas explicações foram aceites, digamos, e o assunto morreu por si.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E pode dar-nos nota de quais foram exatamente os dois momentos em que essa pressão foi exercida?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Um deles foi de certeza — como, aliás, sei que ela o mencionou aqui — com a Dr.^a Manuela Ferreira Leite. O outro já não me lembro exatamente de qual foi a conversa com o Dr. Pina Moura.

E não estive com mais ninguém, porque, nos quatro anos e tal em que lá estive, o momento das contas foi sempre ou com o Dr. Joaquim Pina Moura ou com a Dr.^a Manuela Ferreira Leite.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tendo em conta que estamos a olhar para o balanço dos bancos e para os resultados dos bancos, não podemos olhar apenas para o momento, temos de ter em conta o futuro e, infelizmente,

o que se veio a provar foi que muitos bancos, numa perspetiva de longo prazo, acabaram por estar a distribuir capital e não dividendos, porque, na verdade, esse capital depois veio todo a fazer falta.

Na Caixa, talvez não seja tão simples quanto isto, mas, infelizmente, essa é a realidade do setor financeiro. Ora, num setor financeiro que esteve, ele próprio, durante muito tempo, descapitalizado, isso foi dramático e os portugueses, ainda hoje, estão a sentir os custos dessa política de distribuição de dividendos.

Uma vez mais, digo que não estou a falar especificamente da Caixa. Isso não terá afetado a Caixa com a mesma dimensão. Mas, pelos vistos vistos, a pressão era nesse sentido.

As debilidades no controlo da avaliação do risco foram identificadas e já foram aqui referidas também por outras entidades ouvidas. Sobre essas debilidades e as medidas tomadas, a constituição de um comité de risco, de uma comissão de risco, foi ou não acompanhada pela criação de um organismo semelhante a um *compliance*, com esse nome ou outro?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — São duas coisas diferentes.

O que criámos, logo em 2000, foi um departamento de gestão de risco. O *compliance* também, mas esse, primeiro, não se chamava assim, não tinha um nome tão formal, porque o *compliance* tem fundamentalmente a ver com a ligação aos reguladores e foi criado à medida que isso foi sendo exigido pelos reguladores.

Portanto, estamos a falar de duas coisas diferentes: uma tem a ver com o diálogo com a regulação e, daí, falar-se de *compliance*; e outra tem a ver com a gestão de risco, e, esse sim, foi aquele que me preocupei mais em criar,

na altura. O *compliance* foi criado ainda no meu tempo, mas mais tarde, e teve a ver, fundamentalmente, com, inclusive, a exigência por parte dos reguladores de haver uma pessoa que seja quem responde ao telefone — para usar uma expressão que se tornou habitual em várias coisas — quando há uma dúvida sobre qualquer questão numa instituição financeira.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O *compliance* — este é o nome mais comum — tem como principal função (e é evidente que hoje essa é uma exigência do regulador) garantir o cumprimento da norma interna e da norma externa.

Portanto, havendo uma falha perante o comité de risco ou a comissão de risco, o *compliance* pode identificá-la, dizendo que não está a ser cumprido determinado regulamento interno.

Ora, a comissão de risco não tem essa capacidade, a de identificar o não cumprimento de um regulamento interno; tem apenas a capacidade de avaliar um *dossier* de crédito, olhar para ele e decidir sobre aquele *dossier*. Se não estiverem a ser cumpridos os regulamentos de crédito, já não é uma tarefa da comissão de crédito avaliar ou não.

Se assim não fosse na altura, também me pode explicar como é que funcionava na altura, porque estou a usar o modelo atual.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Tem toda a razão. Só que isso não pertencia ao departamento de *compliance*, pertencia a um departamento que já existia, e esse até funcionava bastante bem, já antes de mim,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Desculpe, funcionava bastante bem?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Bastante bem.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E, mesmo assim, havia falhas no cumprimento dos regulamentos.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Mas não havia falhas no cumprimento dos regulamentos! Eu não disse isso! Não me ouviu dizer isso. Para isso, existia um departamento que era o departamento de auditoria interna, que era como se chamava na altura e penso que ainda se chama.

O departamento de *compliance* está muito mais orientado para o cumprimento das regras regulatórias e a auditoria interna está muito mais orientada para o cumprimento das regras internas do banco e não daquelas que são impostas externamente.

Vou tentar explicar melhor. É que há regras que são geradas pelo banco, como, por exemplo, os regulamentos de gestão de aprovação de créditos, ou ainda outros regulamentos, extremamente importantes, que têm a ver com a gestão de taxa de juro, algo que pode dar muitas dezenas ou centenas de milhões para cima ou para baixo, enfim, há alguns instrumentos que têm sido muito falados nos últimos anos sobre essa matéria, como sabe, e o cumprimento desses regulamentos internos era analisado pelos departamentos de auditoria. O departamento de *compliance* tem muito mais a ver com a verificação do integral cumprimento interno de todas as normas que emanam dos vários reguladores.

Não sei se estarei a fazer-me entender.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Está, está a fazer-se entender perfeitamente.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — São dois departamentos que são complementares, mas distintos. Pelo menos, na Caixa eram.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Só para perceber melhor: entende, então, que as debilidades no controlo, identificadas já nesta Comissão até por outros intervenientes, não provieram, em momento nenhum, do incumprimento de regulamentos internos ou de falhas na avaliação do risco na concessão de crédito?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Mas que debilidades é que foram encontradas?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nunca nos foram ditas quais eram as debilidades, mas, se não estou em erro, já em dois depoimentos foram identificadas como até tendo motivado alterações sugeridas pelos Governos junto do conselho de administração da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — O que lhe posso dizer é que não só não houve alterações por esse motivo, como, além disso, não vejo em que casos é que houve crédito com debilidades dado na Caixa Geral de Depósitos nessa altura. Aliás, penso que o Sr. Deputado disse, e tem

toda a razão, que isso muitas vezes só se vê uns anos depois, mas nesse aspeto tenho a sorte de já terem passado muitos anos e, por isso, já daria para ver e não se viu.

Percebe o que quero dizer?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Percebo, mas, infelizmente, não posso nem corroborar nem contestar, porque esta Comissão não tem acesso a grande parte das contas e, portanto, nem sequer sabemos quais são as provisões de capital por cada empréstimo concedido nessa altura e quantas foram ou não consumidas. Não temos sequer nota do grau de imparidades que pesam hoje no balanço da Caixa por operações dessa altura. Não temos essa conta feita.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Tenho pena que não possam ter isso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, muito bem, são as limitações com que estamos a trabalhar e que terão de ser atalhadas da melhor forma.

Se a minha linha cronológica estiver correta, gostaria só de perguntar-lhe se, alguma vez, foi auscultado ou foi ouvido sobre a transferência do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos para a Caixa Geral de Aposentações e sobre a aquisição do setor segurador, da Império, ao BCP.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — São duas coisas muito diferentes.

Sobre a primeira questão, a passagem do Fundo de Pensões, a única coisa que soube sobre esse assunto foi uma vez, quando o Dr. Bagão Félix me perguntou sobre o Fundo de Pensões da Caixa, nem me explicando bem o que iria fazer. Aliás, foi num mês em que eu iria sair, portanto, não tinha... Disse-lhe que, com certeza, já não seria no meu tempo que faria esse estudo. Aliás, eu era para ter saído uns dias antes e, apenas por se terem metido as férias, etc., acabei por ficar até 30 de setembro, quando estava à espera de sair em agosto. Mas pronto, há sempre estes atrasos de mais umas semanas.

Mas sobre a segunda questão que me colocou, sim. A compra da Império Bonança foi um assunto que discuti várias vezes — nem poderia ser de outra forma — com a Sr.^a Ministra das Finanças de então, Manuela Ferreira Leite.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Sr.^a Deputada Margarida Balseiro Lopes, tem a palavra.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, naturalmente que, em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Professor, agradecer-lhe e reiterar as palavras do Sr. Presidente quanto à sua disponibilidade para responder perante esta Comissão de Inquérito.

Tendo sido presidente do conselho de administração entre 2000 e 2004, mais precisamente entre fevereiro de 2000 e setembro de 2004, assistiu a algumas das situações já aqui sinalizadas pelos anteriores ministros das finanças.

Destacaria cinco, desde logo, a relação com a tutela, nomeadamente o grau de interferência ou de intervenção dos vários governos, particularmente do Ministério das Finanças; a estratégia delineada para a Caixa Geral de Depósitos durante os quatro anos em que presidiu ao conselho de

administração; a criação do conselho alargado de crédito, em 2003; a relação com o então presidente da comissão executiva, o Eng.º Mira Amaral e, em último lugar, a relação do BCP com a Caixa, de onde destacaria três factos: o, já aqui destacado, dos 20% que a Caixa chegou a deter momentaneamente do capital do BCP — aliás, mais de 20%, nas palavras do Sr. Professor —; o facto de ter havido a operação de compra em 2004; e, em último lugar, o papel que a Caixa teve para a manutenção do banco privado em mãos portuguesas.

Relativamente à relação com a tutela, daquilo que nos disse depreendo que nunca houve qualquer tipo de interferência ou de intervenção da parte dos ministros das finanças em relação à estratégia para a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Nunca houve nenhuma interferência.

Em termos estratégicos, houve várias conversas sobre isso. Ou seja, antes de a Caixa Geral de Depósitos entrar nos concursos de, por exemplo, aquisição dos bancos em Espanha, obviamente que falei com a Sr.ª Ministra das Finanças e discutimos qual seria a melhor maneira de melhorar a nossa presença em Espanha, e o mesmo aconteceu em relação ao setor segurador, isto para dar dois exemplos.

O que nunca houve foi nenhuma interferência na operação normal da Caixa Geral de Depósitos. Isso nunca houve!

A Sr.ª **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Portanto, relativamente à concessão de crédito nunca houve qualquer tipo de interferência.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Nem conversa. Como já aqui disse, nem é possível discutir esse assunto com o acionista, porque esse assunto só pode ser discutido exclusivamente com o Banco de Portugal, neste caso, porque a entidade reguladora é o Banco de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Relativamente ainda à relação com a tutela, pergunto-lhe se a visão da tutela para o banco público, ao longo destes quatro anos, foi mudando em função das mudanças de Governo, ou se foi mais ou menos a mesma.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Eu diria que foi basicamente a mesma, porque nomeadamente o aspeto das cartas de missão que eram aprovadas na assembleia geral foi muito semelhante.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Sr. Professor, o segundo assunto que lhe trago é sobre a política de crédito.

Sei que já falou amplamente sobre a forma como o crédito era desenvolvido e o período mais crítico para a Caixa Geral de Depósitos foi, sem dúvida nenhuma, entre 2005 e 2010. Mas a verdade é que vimos que em 2003, por exemplo, foi criado o conselho alargado de crédito. Qual foi a razão para a criação deste conselho alargado de crédito?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — O conselho alargado de crédito, tanto quanto me lembro, ou foi criado no final de 2000 ou em janeiro ou fevereiro de 2001, não é de 2003.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — O conselho alargado de crédito?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — O conselho alargado de crédito, o que eu chamo o conselho das quintas-feiras. Aliás, deriva do regulamento que foi feito pelo Prof. Vasco d'Orey, no seu princípio.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Portanto, o conselho alargado de crédito foi criado em 2001.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Não tenho a certeza se foi no final de 2000 se no início de 2001, mas foi quando foi criado o outro também. Anteriormente não havia dois, apenas um.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Considera que este conselho trouxe mais eficiência para a gestão da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Não quer dizer que os créditos de menor dimensão não tenham também que ser analisados, mas considero que a criação do conselho alargado de crédito fez com que estes créditos de maior dimensão tivessem mais tempo de análise e mais tempo de «discussão no conselho», passo a expressão, até porque normalmente eu presidia quase sempre a qualquer dos conselhos de crédito, nomeadamente ao conselho alargado, raramente faltava, a não ser que não estivesse em Lisboa nesse dia por qualquer razão e, nesse caso, era substituído pelo vice-presidente. Um de nós estava lá sempre, o que permitia uma discussão muito mais centrada e — deixem-me usar aqui uma expressão um bocado comezinha — sem estar toda a gente a «olhar para o relógio» sobre créditos realmente significativos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Há aqui uma questão que já abordou e para a qual, aliás, invocou sigilo bancário.

Foi amplamente descrito na imprensa nacional um dos casos, por exemplo — e que terá levado à demissão não só do anterior gestor Almerindo Marques, como aqui foi dito, como do antigo gestor Tomás Correia —, identificado pelo jornal *Público*, que foi um crédito de 75 milhões de euros — que, na realidade, era um crédito de 125 milhões de euros. Vários bancos participaram, mas a Caixa terá concedido um crédito de 75 milhões de euros.

Do que também é público, não terá havido a submissão deste pedido nem ao conselho de crédito, nem ao conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos.

Outra das informações que é pública é que o valor do ativo — neste caso, o único ativo tido por essa sociedade — era inferior ao montante concedido de 75 milhões de euros.

Não vou perguntar-lhe sobre este caso em particular, porque sei que vai falar do sigilo bancário, mas pergunto-lhe se é verdade que possa ter sido possível que um crédito de 75 milhões de euros tenha sido concedido sem que tivesse sido analisado pelo conselho de crédito ou pelo conselho de administração.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Facilita-me a vida, porque como esse crédito foi objeto específico de um comunicado da Caixa Geral de Depósitos, no qual foi referido que foi duas vezes ao conselho de crédito e depois ratificado em conselho de administração, tendo sido concedido apenas dois meses e tal depois.

Não dizendo qual é, porque veio nos jornais mas não posso aqui dizer, esse foi objeto de um comunicado específico sobre o assunto porque, esse sim, foi um dos tais casos em que, especificamente, mandei analisar todo o processo. Aliás, tenho a certeza que não foi por essa razão que houve demissões na Caixa, elas aconteceram por outras razões que as pessoas terão tido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Então, devo depreender que não terá havido nenhum empréstimo concedido nestes termos irregulares, como foram denunciados pelos antigos gestores da Caixa Geral de Depósitos.

Indo agora para acontecimentos supervenientes, quando já não estava a presidir ao conselho de administração: veio amplamente noticiado ao longo dos últimos anos, particularmente entre 2005 e 2010 a existência de créditos

com garantias frágeis ou residuais, o reconhecimento de enormes imparidades, como aliás já aqui foram denunciadas.

Pergunto-lhe se considera que este conselho alargado de crédito foi ou não eficiente na missão que tinha.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr.^a Deputada, isso não sou capaz de lhe dizer.

Uma coisa é ter uma estrutura de análise, mas o conselho pode sempre tomar alguma decisão errada, qualquer que ele seja, seja este ou outro qualquer conselho. Inclusive, não sei, de todo, quais eram as condições em que ele funcionava depois de eu ter saído. Penso que o regulamento manteve-se basicamente o mesmo, mas quanto à forma de funcionamento, sinceramente, não só não seria correto mencioná-la aqui, como também não tenho dela conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Decisões erradas que poderão ou não ter resultado do respeito ou não pelos regulamentos que estavam à data em vigor.

Mas indo, agora, para a relação com o Eng.^o Luís Mira Amaral, que foi um dos pontos muito focados nas duas últimas audições, pergunto-lhe por que é que a relação institucional com o Eng.^o Mira Amaral não funcionou. Este é um dado público – aliás, o antigo Ministro Bagão Félix dizia que quando o Sr. Professor saiu lhe terá dito que não se sentia bem, que queria mudar de vida e que o Sr. Ministro na altura terá compreendido que se sentia marginalizado nas suas funções.

Pergunto-lhe: isto é ou não verdade e por que é que a relação não funcionou?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Primeiro, essa de «mudar de vida» penso que terá sido uma forma coloquial de pôr a questão.

Se estamos a utilizar coisas que já foram ditas na Comissão – e eu vi as gravações das audições anteriores –, o que posso dizer é que em novembro do ano anterior, em 2003, eu já tinha dito que não queria continuar no cargo — penso que a Dr.^a Manuela Ferreira Leite já o mencionou –, a não ser que houvesse uma mudança do modelo organizacional societário da Caixa Geral de Depósitos.

Enfim, eu tinha tido essa experiência do que se andava a discutir no Banco de Pagamentos Internacionais e do que se andava a discutir em termos internacionais e sabia que, mais tarde ou mais cedo, ia haver problemas. Podia ser mais tarde, podia ser mais cedo, dependia de como os vários diplomas internacionais ou de regulação internacional entrassem em vigor. Alias, esses diplomas demoraram até mais tempo do que se esperaria, embora Basileia II tenha sido aprovado logo em 2004, mas, depois, demorou algum tempo, até porque estes regulamentos, muitas vezes, têm, depois, discussões internacionais sobre detalhes e acabam por demorar bastante tempo para entrarem em vigor — basta ver o tempo que demorou a CDR IV a ser aprovada na União Europeia.

Portanto, eu não estava, realmente, disposto a manter-me no cargo se não houvesse isso, porque o que eu pensava era que iria estar à frente de um banco comercial cuja quase metade já não era banco comercial, era outra coisa qualquer, e, no entanto, continuávamos a ter de nos formatar enquanto

banco comercial, porque, juridicamente, éramos um banco comercial. Éramos era um banco comercial que tinha 10% da PT, 100% da Fidelidade... Enfim, uma série de outras coisas como, com certeza, conhecem.

Quanto às relações com o Eng.º Mira Amaral, que, aliás, estive no conselho durante cerca de dois anos, posso dizer que durante ano e meio não houve questão nenhuma, antes pelo contrário. As questões levantaram-se com a mudança desse modelo societário em que – e daí ter aparecido tantas vezes na imprensa – se falava de haver um presidente executivo e um não executivo quando, na prática, não era isso o que estava delineado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Portanto, não se tratava, na sua opinião, da existência de um modelo bicéfalo, uma vez que...?

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Não era um modelo bicéfalo.

A Sr.ª **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Aquilo que lhe pergunto é se a existência de esses problemas de relacionamento institucional terá tido ou não consequência...

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Agora não ouvi.

A Sr.ª **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Certo, eu repito.

Aquilo que lhe pergunto é se a existência de esses problemas de relacionamento institucional, apesar de, como disse, haver uma delimitação

clara das funções de cada um, poderá ou não ter tido consequências ao nível da tomada ou não tomada de decisões estratégicas para o banco.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Não, porque foi um período muito curto.

Repare, isso aconteceu, fundamentalmente, durante um período de dois meses mais dois meses. Digo dois meses, que foi o tempo de implementar o modelo, quando se ia a implementar não se implementou porque caiu o Governo e, depois, estivemos mais dois meses – que foi o verão, basicamente, agosto e setembro – à espera da substituição. Penso que tem havido outros períodos de transição muito maiores...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — E mais difíceis, digo eu!

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Isso já não me compete dizer.

Mas, na prática, não foi muito tempo e parece-me que o modelo, que durante esses quatro meses... Aliás, até posso dizer que, do ponto de vista estratégico, durante esse período tomou-se uma decisão muito importante ou, pelo menos, concluiu-se uma operação muito importante, que foi a aquisição da Império Bonança. Foi feita precisamente durante esse período, obviamente já tinha sido decidida anteriormente, mas...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Gostaria de fazer mais duas perguntas, ainda sobre este tema.

O Eng.^o Mira Amaral queixou-se de que não tinha conhecimento da estratégia para a Caixa Geral de Depósitos e de que não conhecia o modelo

de governação, que nunca lhe tinha sido explicado. Pergunto-lhe se isto alguma vez foi um tema que tratou com o Eng.º Mira Amaral, ou se, alguma vez, sentiu que da parte dele houvesse alguma — e passo a expressão — usurpação daquelas que eram as funções do Sr. Professor.

E, porque me falou na questão de serem só dois meses, pouco tempo, deixe-me perguntar-lhe se o facto de haver um período em que não há decisões a serem tomadas e em que existe uma certa inação pode ou não ter impacto para a Caixa Geral de Depósitos e para os seus clientes.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Posso dizer que, durante esse período, o banco continuou a funcionar normalmente ou, aliás, o Grupo continuou a funcionar normalmente. Aliás, foi durante esse período que foi decidida a aquisição das seguradoras, que é uma decisão, no mínimo, substancial. Obviamente, a discussão já era anterior, mas foi durante esse período que isso foi feito, sendo que a decisão concretizou-se em julho.

Tanto quanto sei, até porque havia reuniões semanais do conselho de administração, toda a parte da banca comercial continuou sem se notar nada de especial, porque essas não são decisões estratégicas, são decisões do dia a dia. Os pelouros estavam perfeitamente delimitados e a direção e a administração da Caixa sabiam exatamente quais eram os canais de funcionamento normal durante esse período.

Portanto, não senti qualquer tipo de perturbação desse género, isso não afeta, geralmente, uma instituição bem organizada e com excelentes quadros, como é a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Indo, agora, àquela que era a relação entre a Caixa e o BCP, a primeira pergunta que lhe coloco é se alguma vez foi discutida entre a Caixa e a tutela a estratégia para o BCP.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — A estratégia para o BCP... Se me puder explicar melhor o que...

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Eu detalho o que quero dizer.

Depreendi, de algumas das suas respostas, que havia instruções ou orientações para que o BCP se mantivesse em mãos portuguesas. Aliás, disse mais, em resposta ao Deputado do Bloco de Esquerda, disse que, tecnicamente, a detenção de um nível de capital do BCP não era racional e que houve, objetivamente, outro tipo de razões para que isso acontecesse.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — O que foi discutido foi, fundamentalmente, o que fazer na relação com o BCP. Ou seja, fundamentalmente, o que foi discutido foi como podíamos fazer o tal processo de internacionalização, apesar de não haver as tais participações cruzadas, que é o normal para este tipo de operações. Não podia haver participações cruzadas, porque o BCP não podia participar na Caixa; podíamos era participar em conjunto numa outra *holding* para adquirir participações internacionais e isso podia ser feito, por exemplo, a começar pelo banco da Polónia. Eu falo do banco da Polónia meramente por uma razão, porque era o ativo mais importante que o BCP tinha na altura.

Provavelmente teria outros, mas lembro-me que o da Polónia era, claramente, o mais relevante que tinha no leste europeu, aliás, que ainda tem, penso eu – enfim, mas o que interessa é o que se passava naquele tempo.

Em relação a essa questão da defesa dos interesses nacionais, dos interesses de manter empresas nacionais em mãos portuguesas, nunca foi uma matéria sobre a qual me fosse dada uma orientação, mas era um assunto que, na altura, se discutia, pelo menos informalmente, em toda a parte.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Certo, eu tinha depreendido há pouco que, efetivamente, e contrariamente à sua vontade, tinha havido a manutenção de um nível de participação no BCP muito acima daquilo que desejava o presidente do conselho de administração.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Bom, mas o problema é que isso já tinha sido decidido antes, portanto, depois não me posso desfazer assim de uma coisa de um momento para o outro, não é?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Sei que isto já foi posterior ao seu tempo, mas pergunto-lhe se era normal ser concedido crédito para a aquisição de participações financeiras quando essas mesmas participações financeiras eram dadas como garantia.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Era, já no meu tempo isso aconteceu, nomeadamente... Por acaso no meu tempo não aconteceu, mas tinha em carteira alguns casos desse género, por uma razão: porque a Caixa Geral de Depósitos financiou vários processos de privatização. Portanto, nos processos de privatização isso aconteceu várias vezes.

Tudo o que posso dizer, e o único conhecimento que tenho de processos deste género que ainda existiam no meu tempo — enfim, essas privatizações já tinham sido feitas há uns anos e iam sendo pagas —, é que sempre que houve... Lembro-me de um ou dois casos em que isso aconteceu, mas obviamente não vou dizer quais são, porque isso seria entrar no sigilo bancário, mas nesses casos em que, por qualquer razão, chegava à margem — como sabe, há uma conta margem nessas operações —, imediatamente era pedido para reforçar a margem e isso sempre foi feito.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Professor.

Srs. Deputados, está terminada a primeira ronda.

O Sr. Deputado Moisés Ferreira e o Sr. Deputado Santinho Pacheco deram-me indicações de que querem ainda colocar questões na segunda ronda, para o que dispõem de 5 minutos.

Começamos, assim, pelo Sr. Deputado Santinho Pacheco, a quem dou a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria, primeiro que tudo, desejar um bom ano a todos, cumprimentar o Sr. Prof. Dr. António de Sousa e agradecer a prestimosa colaboração que vem prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, já que haverá poucas testemunhas mais habilitadas e competentes para o fazer com verdade e conhecimento do que o Sr. Doutor.

Como é sabido, o Sr. Doutor liderou o conselho de administração da Caixa durante mais de quatro anos, em tempos muito exigentes e que foram decisivos ao longo destas últimas décadas, com a adesão ao euro, com toda a necessária adaptação que isso ocasionou, uma verdadeira revolução na sociedade e na economia que importava gerir no seio do nosso sistema bancário.

Se a isso, que é muito, juntarmos o período de seis anos em que tinha estado como Governador do Banco de Portugal, anos que antecederam a sua ida para Caixa e que foram um período crucial para as negociações da nossa adesão à moeda única, e se juntarmos que, por sua vez, a liderança do Banco de Portugal fora precedida da participação em vários governos, sempre em pastas ligadas à economia e às finanças, não há dúvida de que mereceu bem a classificação do semanário *Independente* de homem condenado ao sucesso pela forma como soube lidar com a política dominante. Quatro anos a liderar a Caixa em três governos diferentes e com quatro Ministros das Finanças é obra e é rara.

Sr. Dr. António de Sousa, enquanto presidente do conselho de administração da Caixa, partilhou a gestão com o Eng.º Mira Amaral, que, em 2004, no vosso tempo de liderança da Caixa Geral de Depósitos, considerava haver sinais evidentes de degradação da posição concorrencial da Caixa.

Concorda com esta opinião do seu colega de gestão do banco público?

Face ao currículo que antes sumariamente descrevi, o Sr. Dr. António de Sousa pode ser visto – era assim que era visto pela comunicação social – como uma espécie de gestor modelo da banca portuguesa.

Que razões explicam a situação a que chegou a banca nacional e também a Caixa, um caminho muito estreito, e que, mesmo assim, só não está pior porque os contribuintes já ali enterraram mais de 13 000 milhões de euros?

A gestão da banca pública ou privada deixou ou não muito a desejar neste período de 15 anos?

Concorda ou não com a ideia de que o banco público, a Caixa, tem vindo a ser governado como que fingindo ser um banco privado, não cumprindo os seus objetivos de banco do Estado e dos cidadãos portugueses?

O futuro da Caixa e do seu Grupo preocupa-nos e inquieta os portugueses. Como foi possível chegar a esta situação?

À luz do que conheceu e sabe da Caixa Geral de Depósitos – e todos sabemos que é muito –, surpreende-o o volume de capitais de que a Caixa está a necessitar?

Que motivos estiveram na base da substituição do Sr. Doutor na presidência da Caixa pelo Ministro Bagão Félix?

Será que a Caixa já se debatia com as dificuldades que vieram a estar na origem dos problemas posteriores, ou seja, os tais sinais de degradação concorrencial a que se referia Mira Amaral?

Com bancos cada vez menos nossos e mais estrangeiros, o que pensa sobre o papel da Caixa e do seu Grupo na economia portuguesa?

A minha última questão vai para o cidadão António de Sousa, simplesmente o cidadão que nunca deixamos de ser: baseado na sua experiência, encontra alguma utilidade para o grupo Caixa no objeto desta Comissão?

Autopsiar um banco vivo e credível pode mostrar, revelar, ensinar, tudo isto é certo, mas vai também prejudicá-lo fatalmente? Sabendo o papel de liderança que a Caixa tem no sistema financeiro português, isto pode ou não ter um efeito sistémico?

Não considera que tanta politiquice à volta da Caixa degrada o quadro reputacional do banco público?

Ou será que é isto mesmo que se deseja, uma Caixa como arma de arremesso político, todos os dias, como hoje mesmo se verificou?

Muito obrigado, Sr. Doutor.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE). — Sr. Presidente, gostaria ainda de colocar algumas questões sobre a relação da Caixa Geral de Depósitos com o BCP, porque, na verdade, quanto mais vamos tentando aprofundar a relação Caixa/BCP, percebemos, por um lado, que há vários momentos na história das duas instituições em que elas se encontram e, por outro lado, ficamos com a sensação mais nítida de que nunca resultou daí grande coisa de bom para a Caixa Geral de Depósitos e, por isso, quero colocar-lhe mais algumas questões sobre este assunto.

Na primeira ronda questionei o facto de a Caixa Geral de Depósitos ter aceitado vender o Banco Pinto & Sotto Mayor recebendo em contrapartida ações do BCP, e continuamos ainda sem compreender qual era o racional para isso.

Coloquei também uma questão ao Dr. António de Sousa sobre o facto de a Caixa poucos dias depois ter vendido ao próprio BCP uma parte considerável das suas ações – e o Dr. António Sousa disse que isso não poderia ter acontecido...

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — É que não foi assim!

É que a Caixa não vendeu ao BCP; a Caixa vendeu a entidades que o BCP indicou que iam comprar essas ações, porque o BCP não podia comprar essas ações, porque senão ficava com 15 ou 20% do seu próprio capital o que é proibido.

O que aconteceu foi que essas operações demoraram mais uns dias do que o fecho do capital e poderão ter acontecido na semana seguinte.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Agradeço essa sua explicação, porque foi textualmente a resposta que deu na primeira ronda e é exatamente sobre essa resposta que tenho uma outra pergunta para lhe fazer.

Na CMVM há um comunicado de 27 de junho de 2000, um comunicado conjunto da Caixa Geral de Depósitos, da Mundial Confiança e do BCP, onde se informa que foi acordada a alienação pela Mundial Confiança de 225 milhões de ações, sendo 121,628 milhões de ações por um valor global de 625,874 milhões de euros ao BCP, o que representa 5,95% do capital do BCP vendido ao BCP pelo valor, fazendo as contas, de 5,15 € por ação, quando uma semana antes a Caixa Geral de Depósitos tinha aceitado estas ações pelo valor de 5,61 € e, portanto, há aqui uma perda de mais de 50 milhões de euros numa semana.

Gostava que pudesse explicar este assunto, porque, efetivamente, parece ter havido uma venda ao BCP com uma perda considerável para a Caixa Geral de Depósitos em oito dias.

Outra questão tem a ver com 2004 e com a venda de 110 milhões de ações que a Caixa detinha do BCP estas já por 1,75 €, o que resultou em prejuízos de 375 milhões de euros para a Caixa, em números redondos. Qual o porquê de esta operação aparecer conjuntamente com a aquisição de parte do setor segurador do BCP?

Gostaria, ainda, de lhe perguntar se esta aquisição que foi feita de parte do ramo segurador do BCP não foi também acima dos valores de mercado. A Caixa não pagou acima daquilo que, na altura, o mercado exigia? Isto porque, nessa altura, o índice do setor segurador caiu bastante entre 2000 e

2004 e houve quem tivesse feito uma pesquisa de mercado tendo concluído que o valor do setor segurador que a Caixa adquiriu estava inflacionado.

Portanto, a outra questão que eu gostava de deixar, para além de querer saber por que é que estas duas operações apareceram em conjunto, é a de saber se não houve a aquisição deste ativo, que era parte do ramo segurador, acima do valor de mercado. A Caixa não voltou a perder dinheiro com o BCP nesta operação?

É só, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Prof. António Sousa.

O Sr. Prof. Dr. **António José Fernandes de Sousa**: — Sr. Deputado Santinho Pacheco, agradeço algumas das afirmações que fez e vamos ver o posso dizer em relação ao conjunto de questões que me colocou.

Em relação à degradação das quotas de mercado da Caixa a única área em que a Caixa teve uma diminuição de quota de mercado foi, efetivamente, no crédito à habitação que foi, aliás, um assunto de que já falámos e que foi propositado.

Penso que – e isto agora é a minha opinião em relação aos meus concorrentes –, na altura, começou a dar-se crédito à habitação de uma forma, talvez, menos prudente no sentido em que não só os *spreads* eram muito baixos, como agora se verifica – e esse é, alias, um dos problemas estruturais de todos os bancos e também da Caixa –, com condições de risco muito elevadas e a Caixa não quis entrar, ou melhor, teve de entrar, porque está em concorrência, mas, não quis entrar em alguns extremos de concorrência que foram feitos.

Por exemplo, como se lembram, na altura, podemos recordar alguns dos anúncios que se faziam do género: «compra a casa e ainda leva mais um carro e duas mobílias...», ou coisa assim... Havia, de facto, coisas desse

gênero, mas a Caixa, pelo menos, no meu tempo, e penso que depois também não, não entrou nessa área, por isso teve alguma degradação de quota de mercado que foi compensada, como já aqui foi referido, pela subida muito substancial dos lucros, porque, efetivamente, passámos a ter uma preocupação grande não só de dar crédito mas crédito lucrativo.

Ora, isto implica duas coisas: por um lado, implica que haja o menos malparado possível, esse era um dos aspetos fundamentais, daí a gestão de risco; e, por outro lado, que cubra e dê rentabilidade aos capitais próprios que são necessários deter para fazer uma operação, porque, como sabem, a cada operação de crédito implica que $x\%$ de capital (depende do tipo de risco), seja afetado a esse mesmo crédito – é o chamado *risk weighted assets*, ou seja, os rácios que são precisos utilizar.

Portanto, a Caixa Geral de Depósitos teve, efetivamente, uma situação em que, tendo um nível de capital adequado mas não exagerado e tendo resultados muito bons, teve, aliás, em alguns destes anos – e isso saiu nas revistas técnicas da altura e algumas vezes até na imprensa em geral – dos melhores rácios de rentabilidade da Europa, e não só de rentabilidade como até de custos, o chamado *cost to income* era muito bom em termos ibéricos e em termos europeus.

Obviamente que há aqui dois aspetos que são fundamentais, entrando agora nas outras perguntas que me foram colocadas, sobre como é que se chegou à situação atual.

Falando, agora, mais como economista e não propriamente como presidente da Caixa, há duas coisas que são fundamentais: por um lado, há a crise e toda a gente sabe que isso tem um impacto grande, nomeadamente no que tem a ver com o imobiliário e a Caixa embora tivesse sempre, no meu tempo – e penso que continuou a ter, a não ser que tenha havido grandes alterações –, uma fórmula relativamente segura de atribuição de crédito imobiliário, nomeadamente nunca entrando – aliás, no meu tempo isso era

proibido, pura e simplesmente – em financiamento de terrenos e coisas do género para construção, a verdade é que a Caixa entrava na promoção, mas o terreno tinha já que existir, o financiamento era para a construção, aliás, a Caixa sempre foi um grande banco de empréstimos à construção, mas a crise imobiliária atingiu todos e também a Caixa Geral de Depósitos.

Depois, há uma outra questão muito importante é que a baixa da margem financeira para um banco, que, fundamentalmente, é um grande banco de depósitos e um grande banco de crédito à habitação, quando essa margem se estreita muito – e, neste momento, é provavelmente perto de zero, se é que chega a zero, aliás, penso que, em média, deve ainda ser positiva, mas deve estar muito próxima de zero – isso, obviamente, tem um impacto direto e não há nada a fazer. Não vou aqui usar números que poderiam depois ser muito repetidos, mas cada por cento de descida de taxa de juro tem um impacto muito significativo nas contas de um banco que tem uma carteira de crédito e depósitos muito grande.

Sobre o problema do banco público *versus* banco privado ou atuar como um banco público ou como um banco privado, eu diria que, no seu dia a dia, a Caixa sempre funcionou como um banco privado, como um banco em concorrência e é impossível ser de outra maneira, até porque – e desculpem-me fazer a seguinte afirmação que talvez não tenha tanto a ver com o presidente da Caixa, mas mais por aquilo que eu sempre disse enquanto governador do Banco de Portugal – qualquer banco é dos seus acionistas. No caso da Caixa o seu acionista é o Estado, somos todos nós, se quisermos, mas qualquer banco é, fundamentalmente, dos seus depositantes. Não nos esqueçamos que a maior parte do dinheiro dos bancos não é dos acionistas é dos depositantes.

Vou fazer uma simulação que não é verdadeira, ou melhor, que não é totalmente rigorosa, mas é a seguinte: admitindo que o rácio de capital é de 10%, quer dizer que 10% é capital e 90% são depósitos. Não é bem assim,

sabemos que é muito mais complexo que isso, mas a ordem de grandeza é dessa dimensão.

Portanto, não nos podemos esquecer que são, basicamente, os depositantes que são os donos do banco, que são quem tem o dinheiro a risco num banco público e num banco privado.

Com certeza que sendo o capital público pode haver cartas de missão, pode haver orientações no sentido de determinado tipo de operações em vez de outro tipo de operações, mas o problema do risco não pode nunca desaparecer ou ser esquecido sob pena de pôr em risco o dinheiro dos depositantes, que é aquilo que faz, efetivamente, com que um banco funcione; não é tanto o dinheiro dos acionistas.

Portanto, o problema da descapitalização tem a ver, fundamentalmente, com um conjunto de prejuízos, mas sobre isso já me é muito difícil responder.

Em relação à minha substituição, penso que já aqui o tinha aqui dito, ela foi pedida por mim quando vi que o modelo que eu tinha proposto de organização societária não ia para a frente e eu sentia que – como já tinha dito em novembro do ano anterior à Ministra Manuela ferreira Leite com quem tinha uma excelente relação –, dessa forma, não havia razão nenhuma para eu mudar de opinião e para dizer que, só porque tinha mudado o ministro, eu mudaria de opinião... Eu tinha uma relação profissional boa com a Sr.^a Ministra, com o Ministro Bagão Félix não posso dizer que chegasse a ter, porque foi logo na primeira reunião com ele que eu pedi exoneração, portanto não chegou a haver propriamente uma relação profissional, se bem que já nos conhecêssemos pessoalmente de outros tempos, mas em termos acionista/gestor não chegou a haver qualquer relação.

Em relação à pergunta mais difícil que me faz sobre se vale a pena esta Comissão Parlamentar de Inquérito, essa, sinceramente, não lhe vou dar a

minha opinião, porque tenho demasiado respeito pelo Parlamento para, se calhar, dizer exatamente o que gostaria de dizer sobre os assuntos. Portanto, não me vou pronunciar sobre isso.

Respondendo, agora, ao Sr. Deputado Moisés Ferreira, sobre a venda das ações ao BCP, a apesar de já ter respondido, vou tentar sinteticamente responder-lhe de novo.

Em relação à sua primeira pergunta, quero dizer-lhe que o BCP era um agente de colocação de ações, portanto o BCP não fica com as ações em carteira, tanto quanto sei – ou até pode ter ficado alguns dias... –, porque, como sabe, se fica com as ações em carteira vai ter um problema de capital complicado. O BCP pode comprar como compra um banco de investimento para colocar imediatamente a seguir em mercado. Sei – e posso dizê-lo aqui – que o BCP não quis que a Caixa fizesse colocação no mercado diretamente, quis ser ele a fazer a colocação no mercado, mas isso eu percebo, pois, como sabe, nas colocações no mercado há comissões, no sentido de que os bancos colocadores têm comissões junto dos seus clientes, e eles tinham os clientes deles e foram eles que quiseram ter o controlo dessas comissões.

Agora, o que posso garantir é que as vendas foram feitas ao mesmo valor, ou seja, o valor que foi calculado para o total... O Sr. Deputado estava a referir números que têm a ver com cálculos baseados nessas comunicações, mas era importante que a Caixa Geral de Depósitos esclarecesse exatamente quais os montantes totais, porque isso tem várias parcelas e conforme as parcelas podem dar diferenças. Mas tenho a certeza do que estou a falar, porque isso foi, aliás, uma coisa que fazia parte do acordo inicial e não acredito que tenha havido qualquer erro nessas contas.

Em relação à operação de 2004, efetivamente, como já disse, o conselho de administração e eu próprio sempre vimos as ações do BCP como forma de fazer uma outra operação qualquer, ou seja, trocar aquele ativo que não nos era desejável, por várias razões, que também já aqui expliquei, por

um outro ativo que fosse desejável, fosse ele uma participação numa *holding* ou em vários ativos internacionais ou numa seguradora.

Dizer que foi mal comprado... Para já, a esta distância, é difícil dizer se foi ou não mal comprado; agora, o que posso dizer é que, em 2012 – e sei que não foi só isto –, mas a Império Bonança devia representar um bocadinho menos do que a Fidelidade Mundial na altura, porque a Fidelidade Mundial era um bocadinho maior do que a Império Bonança, mas a diferença seria (e vou atirar um número) 60/40, ou qualquer coisa deste género, e a verdade é que, vários anos depois com o mercado muitíssimo pior, foi vendida por 1300 milhões de euros.

Portanto, se alguma coisa houve foi um lucro substancial para a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Não havendo mais questões, queria agradecer ao Sr. Prof. António de Sousa a sua presença e as muitas respostas que deu às muitas questões que lhe foram colocadas.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 53 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.